Discursos Selecionados do Presidente José Sarney

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Discursos Selecionados do Presidente José Sarney

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2008

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Foto da Capa:
Orlando Brito

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva,
Maria Marta Cezar Lopes e
Cintia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2008

Brasil. Presidente (1985-1990 : José Sarney).
Discursos selecionados do Presidente José Sarney. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

96 p.

ISBN: 978-85-7631-142-3

1. Política – Brasil. I. Sarney, José. II. Título.

CDU 32(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

SUMÁRIO

Abertura dos Debates da Assembléia Geral da ONU-
Afirmação da Soberania Brasileira 7

Ao Receber o Primeiro-Ministro Chinês 23

Adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos,
Políticos, Econômicos e Sociais 29

Inauguração da Ponte Tancredo Neves 33

Visita à Argentina 41

Visita aos Estados Unidos da América (Sessão Conjunta do
Congresso) 51

Encontro com Empresários Argentinos e Brasileiros 61

Dia do Diplomata 67

Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e
Desenvolvimento 75

Reunião dos Presidentes dos Países da Região Amazônica 81

Instalação do Encontro dos Chefes de Estado dos Países
de Língua Oficial Portuguesa 87

Abertura dos Debates da Assembléia Geral da ONU
Afirmação da Soberania Brasileira

Plenário das Nações Unidas
Nova Iorque, EUA
23 de setembro de 1985

"O maior problema que o mundo enfrenta é o da miséria, que vem sendo agravado pela dívida externa, o protecionismo e a falta de um novo ordenamento mundial - algo como o plano de reconstrução da Europa para adaptar a ordem econômica internacional à atualidade."

9 de setembro - Em reunião com os Ministros das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, e da Ciência e Tecnologia, o Presidente decide que o Brasil não mudará a Lei de Informática, alheio a qualquer pressão, como as recentes ameaças de retaliação às exportações brasileiras.

19 de setembro - O Ministro da Fazenda assegura ao diretor do FMI, em Washington, que o Brasil não abre mão do crescimento de 5% e repele a ingerência daquela instituição nos assuntos econômicos internos do país, como vinha acontecendo.

21 de setembro - O Presidente José Sarney, a caminho de Nova Iorque, faz uma escala no aeroporto de Marquetia, em Caracas, onde tem um encontro com o Presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi. O Presidente declara que as dificuldades crescentes provocadas pelos desequilíbrios externos podem fazer da América Latina um palco de instabilidade política e social.

- O Presidente pára também na Cidade do México, onde é recebido no Palácio do Governo pelo Presidente Miguel de La Madrid, a quem apresenta os sentimentos do povo brasileiro pelo trágico terremoto que enlutou a nação mexicana.

Esta tribuna impõe respeito e dignidade. É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela

tarefa que é o barro do seu trabalho — a paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu País, o Brasil, o privilégio de abrir o Debate-Geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa.

Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

Recorro a versos do maior poeta de minha terra, para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

> "Que tempo de viver-se!"
> "… Que sonho raro
> Será mais puro e belo e mais profundo
> do que esta viva máquina do mundo?"

É com esse sentimento do mundo que falo em nome de uma das maiores nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da Terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da Nação.

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do homem e da sociedade.

A Literatura e a Política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e malsinado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança

e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do

edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é, e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário-Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina, cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimentos, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados, num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice

definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, o Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei, é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso continente, que revigoram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com o espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusamos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos anti-racistas. Profunda, entranhada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e, na música, o universal Vila-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação ao *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na Terra.

Como presidente do meu País, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à história da humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo homem na História Contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembléia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da

mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

"Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O mundo possui outros pontos cardeais", dizia há 22 anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembléia-Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos, mas procura perceber o mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de

uma solução que preserve a paz e o entendimento no continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu Governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio à Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Campuchéia. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833, o Brasil apóia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo homem. A

desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova revolução científica que, a cada momento, transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente,

Estes são os problemas visíveis. Mas há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete

a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz justamente para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim não nos move, ao denunciar esta ordem,

qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumpriremos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a salva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda *per capita* que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e de demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do homem.

Mas, o que é paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou paz é algo mais transcendental que significa a libertação do homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes de essa viagem chegar a esse porto.

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira de a ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós

do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

— contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de poder;

— criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

— explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

— recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

— Com a aliança anglo-americana.

Ponderou Roosevelt:

— Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o mundo.

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mater Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o homem tem que ter uma visão humanista da Política, senão ele só enxergará e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao homem o humanismo renascentista.

A conquista do cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a

liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra; hoje devemos trabalhar para evitarmos escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do homem: transformar a vida, transformando o mundo. Estamos avistando o século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor á natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

Ao receber o Primeiro-Ministro Chinês

Palácio do Itamarati
Brasília, DF
31 de outubro de 1985

"Posições comuns em prol da paz, do desarmamento e de reformas profundas que façam mais justa a ordem econômica internacional."

31 de outubro — Inicia-se a visita do Primeiro-Ministro da China, Zhao Ziyang, a primeira de um chefe de governo daquele país ao Brasil. Prevê-se o aumento das exportações do petróleo chinês e o nosso País reexportará o excedente para outras nações. Em troca, Pequim quer importar a tecnologia petroleira do Brasil e aço nacional. Já está acertada uma joint venture com a Vale do Rio Doce para a exportação de minérios de ferro em Minas Gerais. Negócios também podem ser feitos com armamentos e grãos do Brasil.

- O Primeiro-Ministro da China, Zhao Ziyang chega a Brasília e o Presidente José Sarney quebra o protocolo e recepciona-o pessoalmente, mostrando o significado especial que atribui à visita.

Em nome do povo e do Governo brasileiros, saúdo Vossa Excelência nesta primeira visita com que nos honra no Brasil.

A história e cultura chinesas são glória e afirmação de uma identidade milenar. A China é um dos pólos de referência do mundo, onde desempenha um papel cada vez mais expressivo, decisivo e marcante.

Na história do homem, cada experiência, cada conquista tem um pouco do conhecimento, da descoberta, da sabedoria da milenar civilização chinesa. A aventura humana está marcada pelo tempo, pela palavra, pela mão da China.

Há mais de dez anos, senador da República, saudei o restabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China como um acontecimento de extrema importância para nós. Disse, então, que se tratava de "um passo decisivo pelo qual dois dos maiores países do mundo, respeitando as suas soberanias, as suas visões diferentes de como cada um deve conduzir o seu caminho, resolvem estabelecer, com respeito mútuo, relações normais, cada um perseguindo o desenvolvimento, cada um perseguindo os seus objetivos de colaborar para a melhoria das relações entre os povos".

Com a visita de Vossa Excelência, a aproximação então iniciada dá um vigoroso passo. Sua presença no Brasil é motivo de grande alegria para o nosso povo, que tem uma grande fascinação pela China.

A presença de Vossa Excelência é histórica. Pela primeira vez um chefe de governo desse grande país vem ao continente latino-americano, vem ao Brasil. As distâncias foram estreitadas. Os caminhos dos mares, das terras e dos céus que nos separavam desapareceram pela força da amizade entre nossos povos.

Nestes onze anos, mudou o mundo e mudaram nossos países. Mudou o mundo — cresceram os meios técnicos para erradicar a fome e a miséria, e desenvolveu-se a consciência de preservar a humanidade da tragédia nuclear.

Mudou a China, que se abre audaciosamente para o mundo exterior, e caminha para o Terceiro Milênio como uma das nações mais desenvolvidas do mundo.

Mudou o Brasil, que venceu o autoritarismo político, está se democratizando socialmente, e está criando condições para um desenvolvimento econômico equilibrado, sem recessão e sem desemprego.

E mudaram as relações entre nossos dois países, que têm hoje um intercâmbio comercial que transforma a China num dos principais mercados brasileiros, e o Brasil num dos principais mercados da China.

Essa cooperação crescente tem fundamentos seguros, pois se baseia em afinidades reais.

Afinidades no plano externo, porque nossos dois países se esforçam por promover a paz mundial e o desenvolvimento, com base nos princípios da coexistência pacífica, do respeito à soberania e da não-interferência em assuntos internos.

Afinidades, também, resultantes das semelhanças entre o Brasil e a China, em extensão territorial os dois maiores países em desenvolvimento do mundo, que enfrentam desafios comparáveis no plano do progresso social e do desenvolvimento econômico e científico.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência representa um marco fundamental na consolidação e aprofundamento dessas relações.

Estamos tendo oportunidade, em Brasília, em cuidadosas reuniões de trabalho, de passar em revista nossas relações bitaterais, em todas as áreas, e de lançar os fundamentos jurídicos para a ampliação dessas relações, em setores como a cooperação cultural, o intercâmbio comercial e a colaboração científica e tecnológica.

Em São Paulo, Vossa Excelência inaugurará o Consulado-Geral da China, e, viajando pelo interior do País, terá ocasião de conhecer algumas das mais importantes realizações brasileiras no campo da mineração e do desenvolvimento hidrelétrico.

O Brasil e a China compartilham objetivos de construção de uma ordem internacional mais justa. Têm posições comuns em prol da preservação da paz e do desarmamento, da necessidade de reformas profundas no sistema econômico internacional e do incremento da cooperação entre os países em desenvolvimento — de que nossas relações são um exemplo notável. Entendem ambos que as relações internacionais não podem ser reduzidas a um conflito ideológico entre as superpotências.

No plano interno, o Brasil e a China vêm lutando para realizar projetos nacionais autônomos, capazes de mobilizarem a energia e a criatividade de seus povos.

O Brasil acompanha com profundo interesse o processo pelo qual a China se moderniza e se adapta aos imperativos do tempo. Admiramos e respeitamos a coragem e a determinação do povo chinês, quando traça, com independência, novos rumos para sua história.

Por sua vez, o Brasil deseja também ocupar o espaço a que tem direito na comunidade das nações, tornando-se participante ativo das decisões mundiais, e não apenas destinatário passivo ou vítima de iniciativas de outros.

O Brasil tem uma palavra de conciliação e entendimento a levar aos povos do mundo. Desejamos que nossa voz seja ouvida nas

questões da paz, do desarmamento, da superação das hegemonias. Esperamos que o princípio da autodeterminação seja aplicado com coerência, tanto na Namíbia como no Afeganistão. Membro do grupo de apoio, o Brasil busca tornar viável, na América Central, a proposta de solução negociada de Contadora. Repudiamos o racismo e o *apartheid*.

E lutamos por um sistema econômico mais justo. Os desequilíbrios da economia mundial punem hoje, de forma desproporcional, sobretudo na América Latina, os países em desenvolvimento. Não é justo que se queira resolver apenas pelo sacrifício dos devedores uma crise como a da dívida, originada em parte por políticas dos países credores, como elevação unilateral dos juros e o aumento do protecionismo.

É preciso distribuir o peso do ajustamento, através de uma responsabilidade entre credores e devedores, que possibilite soluções que as forças do mercado apenas se revelaram incapazes de produzir.

Senhor Primeiro-Ministro,

Nossas relações se construíram com base no respeito e na rejeição de toda intenção hegemônica.

Nosso desejo é agora abrir uma nova fase nas relações entre nossos países, sobre a base da já tão frutífera experiência dos últimos anos.

A China, em 1984 nosso décimo quinto parceiro comercial, passou, no primeiro semestre do ano, a ser o décimo. Nosso intercâmbio comercial somou em 1984 mais de oitocentos milhões de dólares. Estou certo de que ele tende a diversificar-se e ampliar-se, até alcançar em breve valores superiores a um bilhão de dólares.

A cooperação científica e tecnológica e a cooperação nuclear para fins pacíficos, por outro lado, são áreas em que o esforço comum de identificação de interesses nos permite prever um futuro promissor.

Senhor Primeiro-Ministro,

Foi uma grande satisfação conhecer e tratar temas de tanta relevância com Vossa Excelência, estadista e homem público de grande descortino e sobre os ombros de quem repousa uma parcela extraordinária de decisões políticas.

Com o pensamento voltado para o profundo significado da visita de Vossa Excelência ao Brasil, convido todos os presentes a brindarem comigo pela grandeza e prosperidade do povo chinês, pela amizade entre nossos países, pela saúde do Presidente Li Xiannian e pela ventura pessoal de Vossa Excelência.

Adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos, Políticos, Econômicos e Sociais

Palácio do Planalto
28 de novembro de 1985

"Só uma Nação que disponha de liberdade e dignidade humanas tem direito a aspirar a qualquer poder. Os direitos humanos são a própria essência do pluralismo e da convivência democrática."

4 de novembro — O Ministro da Justiça afirma que considera realista o resultado da pesquisa de A Folha, que revela a descrença do povo em relação ao equilíbrio e isenção do Poder Judiciário. O Ministro disse que só o pobre tem assento no banco dos réus.

12 de novembro — Instalado sob a presidência do jurista Evandro Lins e Silva, o Conselho Nacional de Política Criminal inicia suas atividades tendo entre suas primeiras missões reformular as Leis de Imprensa e de Segurança Nacional legadas pela ditadura.

29 de novembro — Em solenidade no Palácio do Planalto, o Presidente José Sarney faz pronunciamento para comunicar a adesão do Brasil aos Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e à Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Assino aqui a mensagem que encaminha para exame a adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos Humanos e aos Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Estou convencido de que este é um passo fundamental no compromisso solene da reconstrução democrática do País.

A liberdade e a dignidade humanas são os maiores valores a que aspira toda sociedade democrática. São, ao mesmo tempo, objetivo e instrumento de toda ação política, de todo projeto de construção de uma Nação mais justa. Mais justa e mais poderosa, pois só uma Nação que tenha liberdade e dignidade humanas tem direito a aspirar a qualquer poder.

Quando o povo brasileiro se lançou às ruas pedindo mudanças e conciliação, a defesa dos direitos humanos no Brasil assumiu a condição de um programa amplo, a ser cumprido por toda a Nação e por todos os setores da vida nacional.

Empossada, a Nova República empenhou-se na promoção de iniciativas vinculadas à essência das liberdades democráticas. O repúdio visceral a toda forma de violência, quer por parte do Estado, quer por parte de indivíduos; o respeito absoluto à lei e à justiça; a convivência democrática entre os poderes; a restituição do pleno direito ao sufrágio para a escolha dos governantes em todos os níveis; a convocação da Assembléia Nacional Constituinte; a extinção de todas as formas de censura e o início de um amplo debate nacional em torno dos principais problemas que afetam o País foram alguns dos passos decisivos que demos nesse campo.

Os direitos humanos são a própria essência do pluralismo e da convivência democrática que pretendemos consolidar no Brasil. Sua defesa e promoção cabem a todos. O progresso e o desenvolvimento nada representam se sufocam a liberdade; atropelam direitos e oprimem os homens. A paz e a estabilidade do mundo dependem da preservação da liberdade e do respeito de todos os homens, comunidades e países uns pelos outros.

Por isso é que os idealizadores das Nações Unidas atribuíram à Organização, como um dos meios de preservar a paz, a tarefa de promover a dignidade do Homem onde quer que ela fosse atropelada pelo autoritarismo, pelo arbítrio, pela força, pela opressão, pela miséria.

Quando levei à ONU, em setembro último, a palavra deste novo Brasil que estamos construindo, anunciei, do alto da tribuna máxima da humanidade, perante nós mesmos e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene, soberano e inarredável do País de se juntar a todos os

esforços internacionais para garantir o respeito e a proteção aos direitos civis, políticos, sociais e culturais de todos os homens.

Assinei, naquela ocasião, a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Iniciava, em nome do Brasil, e no plano interno vínhamos procurando cumprir desde março deste ano: criar condições para fazer do próprio Estado um guardião dos direitos humanos no Brasil, em seu sentido mais amplo, para tornar cada brasileiro um cidadão no sentido da palavra. Nossa ação externa, com essa mudança qualitativa de suas preocupações e objetivos, demonstra coerência e afinidade com o que pregamos dentro de nossas fronteiras.

A mensagem que acabo de assinar encaminha à alta consideração do Congresso Nacional os textos que já contam com a participação de um número muito expressivo de países. Prestamos com este gesto o nosso tributo ao trabalho de promoção dos direitos humanos no Continente, sob a égide da Organização dos Estados Americanos, e em todo o mundo, sob a inspiração das Nações Unidas.

O Brasil acrescenta assim uma nova área de contato com todos os povos do mundo, em especial com as nações irmãs e vizinhas da América, nesta etapa histórica de reconquista da liberdade e de reconstrução da democracia no Continente.

Estou certo de que a comunidade política e jurídica do Brasil saberá avaliar em toda sua grande dimensão a importância da adesão do Brasil a essas Convenções. Adquirirá a justiça brasileira um instrumento adicional para alcançar seus fins e os cidadãos brasileiros terão às mãos outros dispositivos a acionar para que o Estado brasileiro lhes garanta justiça e respeito aos seus direitos e liberdades.

Com esse gesto soberano, o Estado brasileiro procura reforçar a confiança de seus cidadãos no Poder Judiciário e nas leis e deixar claro que, neste País, procuramos que não haja espaço possível para a denegação de justiça ou para julgamentos manifestamente injustos ou viciados.

Nada afeta nossa soberania mais do que o atropelo à liberdade, à violação de um direito, à repressão de uma aspiração legítima.

Senhoras e Senhores,

Quero dizer uma palavra especial, neste momento de reconciliação que o País vive, neste momento em que procuramos enfrentar os problemas que afligem o País com o exemplo do trabalho, sobre o problema da tortura e de outros tratamentos desumanos.

Em muitos lugares, principalmente naqueles que acreditam que os estados onipresentes são a solução para tudo, esse instrumento de obtenção de confissões e de controle, que foi utilizado na Idade Média e em outros momentos da história do mundo, voltou a ser usado. Isso, no entanto, é a pior baixeza, a pior covardia. É terrorismo de estado. É exorbitância de poder. E não há ideais que possam esconder essa covardia.

Quero dizer que acredito que a vida humana é sagrada. Acredito naquilo que o Evangelho diz: "Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa-vontade". E isso decorre do dom sagrado da vida, que se renova em cada nascer de novo ser humano, como simboliza o próprio Natal.

Todos aqueles que acreditam que a vida é sagrada não podem ficar calados diante de qualquer injustiça, muito menos aquelas que atingem fisicamente o corpo e a mente dos seres humanos.

Quero dizer que o respeito aos direitos humanos, assim como a liberdade de expressão, independente de crença política ou religiosa, origem, raça ou sexo, é o núcleo essencial da liberdade e da justiça. É o núcleo essencial da democracia e da própria vida em sociedade.

O mundo de paz, justiça e estabilidade a que todos aspiramos é um cenário de pleno respeito à dignidade humana, à liberdade e aos direitos fundamentais do homem.

E só respeitando-os visceralmente terá o Brasil direito a ter um lugar, a ser uma presença de paz no mundo de amanhã.

Inauguração da Ponte Tancredo Neves

Fronteira Brasil-Argentina,
29 de novembro de 1985

"O relacionamento Brasil-Argentina se singulariza por uma cooperação dinâmica, igualitária e mutuamente benéfica que se patenteia por meio de realizações concretas."

29 de novembro — Os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín mantêm duas reuniões de trabalho, nos dias 28 e 29, em Foz do Iguaçu, após a inauguração da Ponte Tancredo Neves. Na reunião, da qual participam os chanceleres dos dois países, o tema principal das conversações é a questão da dívida externa, mas há também uma troca de impressões sobre a política antiinflacionária posta em prática pelos dois governos.

A ponte que acabamos de inaugurar simboliza a união, o entendimento e a amizade entre o Brasil e a Argentina. Ela é a expressão visível de sentimentos e valores que nos aproximam permanentemente e tornam nossos laços sólidos e duradouros.

Encontramo-nos aqui para marcar um vínculo direto entre nós, com o mesmo propósito de quatro décadas atrás, quando quase no outro extremo da nossa fronteira, edificamos a ponte entre Uruguaiana e Paso de Los Libres.

O patrimônio de empreendimentos binacionais já realizados nesta região, a beleza das cataratas, a ampliação dos parques do Iguaçu e o convívio fraterno entre as populações fronteiriças, são traços de um cenário em que cresce dia e noite a cooperação entre os povos que dele compartilham.

Batizamos esta ponte com o nome de Presidente Tancredo Neves, sentida homenagem conjunta ao principal artífice da redemocratização brasileira e estadista comprometido

durante toda sua vida pública com os ideais mais elevados que nos congregam com as nações vizinhas.

Como Presidente eleito, na companhia da Excelentíssima Senhora Risoleta Tolentino Neves, que nos honra com sua presença, Tancredo Neves foi acolhido calorosamente por Vossa Excelência em Buenos Aires no início deste ano. A profissão de fé democrática em que se transformou aquele encontro permanecerá indelével em nossas memórias.

Senhor Presidente,

Honra-me celebrar este encontro com Vossa Excelência, representando o povo brasileiro.

Nossos caminhos são convergentes. Exigem uma cooperação dinâmica, igualitária e mutuamente benéfica, traduzida em realizações concretas, como esta ponte.

Estamos dando, hoje, outro passo histórico, que irá aprimorar o relacionamento Brasil-Argentina. Refiro-me à criação da Comissão Mista de Alto Nível para a Cooperação e Integração Econômica. Formada de representantes governamentais e do setor empresarial de ambos os países, a ela caberá examinar e propor programas, projetos e medidas que intensifiquem a integração e a complementação econômica de nossos países.

Nesta oportunidade, expresso o compromisso do Governo brasileiro de trabalhar intensamente com as autoridades argentinas, para que esse processo de integração se expanda a um ritmo acelerado e ganhe ampla dimensão.

A integração entre o Brasil e a Argentina nasce da vontade política comum e já se traduz em iniciativas conjuntas concretas, como os projetos de represas no rio Uruguai, as interligações elétricas, os estudos sobre a viabilidade de fornecimento de gás e a associação em projetos industriais.

O potencial de expansão do comércio bilateral exige mecanismos novos, capazes de reforçar as duas economias, como defesa contra uma conjuntura internacional adversa.

Ao mesmo tempo que dinamizamos as áreas tradicionais, decidimos dar, em nossa cooperação, atenção

prioritária à biotecnologia, à informática, às tecnologias de ponta essenciais para evitar sermos marginalizados da revolução científica da nossa época. Num desses setores, o da tecnologia do átomo, demonstramos nossa capacidade de, sem desconfianças, preconceitos ou rivalidades, colocar a energia nuclear a serviço exclusivamente pacífico do desenvolvimento dos nossos povos, através de projetos conjuntos.

A ponte Presidente Tancredo Neves testemunha essa disposição de cooperar de forma ativa e solidária. Foi construída numa época em que inúmeros projetos e obras, tanto no Brasil quanto na Argentina, tinham sua execução adiada ou interrompida. Mesmo assim fizemos todos os esforços para garantir seu término, conscientes do seu papel para a integração de nossos países.

A ponte nasceu de uma reivindicação espontânea das populações de ambos os lados da fronteira. Encerra, portanto, uma mensagem de sentido democrático, em que a ação conjunta dos dois países visa ao atendimento de legítimas aspirações populares.

Felicito os representantes brasileiros e argentinos da Comissão Mista que se encarregou, desde 1980, dos trabalhos relativos à construção. Com dedicação e eficiência, e dentro da atmosfera de congraçamento que sempre marcou suas deliberações, desincumbiram-se competentemente da sua tarefa. Aos operários, engenheiros e supervisores, às empresas construtoras da obra e a todos os que de alguma forma contribuíram para a sua execução estendo meu reconhecimento e o de todo o povo brasileiro.

Senhor Presidente,

Celebramos este encontro com o ânimo fortalecido pela consolidação da democracia em nossos países. Argentina e Brasil não faltaram ao mandato da História. Responderam com grandeza aos seus desafios e às aspirações de seus povos.

A democracia restituiu-nos a confiança e o otimismo. Percorremos um longo caminho de sacrifícios e privações, mas a determinação de nossos povos ajudou a encurtar distâncias.

O espírito de solidariedade na América Latina fortaleceu-se com o êxito dos recentes movimentos de redemocratização. Brasileiros e argentinos conduziram suas lutas pela restauração do estado de direito em condições e ritmos próprios. A diversidade de experiências nacionais, dentro de uma unidade básica de aspirações, enriquece a evolução política do continente.

Confiamos no caráter irreversível desse processo. Vamos construir, em alicerces firmes, a estabilidade de nossas instituições. Não haverá mais espaço entre nós para soluções arquitetadas sem o uso dos instrumentos da legitimidade.

Acabamos de assistir, tanto no Brasil quanto na Argentina, a demonstrações de responsabilidade cívica. As recentes eleições mostram o amadurecimento político de nossos povos e sua consciência democrática. Reafirmamos, uma vez mais, nossa completa adesão a um sistema de vida fundado na paz, na liberdade e na justiça. E disso jamais abdicaremos.

Todos os brasileiros acompanham os esforços com que Vossa Excelência tem procurado, com vigorosa liderança democrática, conduzir os destinos na nação argentina. Admiramos a coragem e determinação de seu governo na busca de superar os problemas de seu país. O povo argentino, chamado a participar ativamente do soerguimento da nação, volta a trilhar rumos firmes e a confiar no seu futuro.

No Brasil reencontramos também nosso caminho e nele vamos perseverar. O compromisso de transformações profundas ajudou a moldar uma nova convivência entre os brasileiros. A conciliação e o diálogo são os instrumentos principais do nosso esforço coletivo nesta hora de grandes esperanças e tantos desafios, no campo econômico-social como no campo institucional.

A consolidação da democracia na América Latina se vê ameaçada pelas distorções e desequilíbrios da economia internacional. Gerando desesperança e frustração, a crise econômica pode comprometer a estabilidade política e social. O regime democrático é desafiado a dar respostas imediatas a problemas de grande complexidade.

Na América Latina, essa situação levou-nos a adquirir consciência da necessidade de preservarmos, acima de tudo, a democracia, condição indispensável para nos unirmos em torno de soluções eficazes e solidárias para nossos problemas.

Senhor Presidente,

A dívida externa é um desses problemas cujo impacto sobre o continente despertou nossa capacidade de resposta coletiva. Por meio do consenso de Cartagena propusemos um diálogo entre governos a respeito dos aspectos que dependem basicamente da ação política governamental: taxa de juros, protecionismo, deterioração dos termos de intercâmbio. A partir de setembro e, mais acentuadamente, depois das reuniões do Banco Mundial e do FMI, em Seul, o panorama começou a mudar para melhor. Admitiu-se que a estratégia anterior era falha e incompleta. Reconheceu-se tacitamente que, para corrigi-la, não bastava o jogo espontâneo das forças do mercado, pois partiu justamente de um governo a decisão de agir sobre os bancos privados e os organismos internacionais. Trata-se de passos iniciais na direção certa que devem ser encorajados.

É preciso, porém, avançar mais e incorporar os países devedores a esse esforço, a fim de evitar que ele permaneça unilateral.

É necessário, em outras palavras, abrir uma janela à negociação para a conciliação, no interesse comum, das justas posições de devedores e credores. Não me move nesta exortação uma preocupação excessiva ou desproporcional com as implicações brasileiras desta crise. Sei que dependemos todos de fatores internacionais que, se hoje nos favorecem, amanhã podem voltar-se contra nós.

Sem jactância, pois, constato que, graças à sua envergadura, ao seu dinamismo, à sua baixa dependência de importações, é a economia brasileira uma das que apresentam, em termos relativos, maior grau de resistência ao desafio atual. A prova é que, tendo recusado as receitas recessivas, o Brasil é hoje um país onde se expandem a economia, os salários reais, a oferta de empregos, sem que isso tenha impedido a acumulação de reservas e de saldo comercial suficiente para

cobrir os juros de nossos compromissos. E esses resultados foram obtidos sem o aporte de recursos financeiros adicionais nem aumento no montante da dívida.

Na consolidação da democracia, da mesma forma que no encaminhamento do problema da dívida, cada país latino-americano há de encontrar fórmulas próprias, adequadas à sua especificidade. Confiamos cada um em nossas próprias forças. Sabemos, contudo, que a solução definitiva só virá quando, em resposta a nosso apelo conjunto, a economia internacional deixar de desfazer, através dos juros ou da deterioração do comércio, o que conseguimos com nosso ajustamento interno.

Só assim garantiremos que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

Senhor Presidente,

Com espírito de participação e responsabilidade, o Brasil, juntamente com a Argentina, tem procurado influir para a eliminação das tensões e conflitos internacionais. Registramos com esperança os sinais recentes de que os líderes das grandes potências procuram consolidar uma nova etapa de diálogo e de negociação, em favor dos objetivos da paz que nos são comuns a todos.

Com esse mesmo espírito aberto à negociação e às soluções pacíficas, o Brasil e a Argentina juntaram-se a outras nações irmãs da América do Sul para criar o Grupo de Apoio à Contadora e oferecer seus préstimos para secundar as iniciativas de paz na região centro-americana. Realizaremos essa tarefa sempre de acordo com os desejos das partes envolvidas nas negociações e dentro da mais estrita observância dos princípios cardeais da não-ingerência e do respeito à autodeterminação dos povos.

Dentro dessa mesma linha de irrestrito apego ao direito e à justiça, o Brasil apóia desde 1833 a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas e continua a exortar a Argentina e a Grã-Bretanha a encontrarem uma solução pacífica e duradoura para o diferendo que as separa.

Ao lado de expressiva parcela da comunidade internacional, o Brasil encarece a pronta retomada das negociações entre os dois países e, como nação protetora da Argentina, permanece à disposição das partes para colaborar em sua reaproximação, a partir da discussão do litígio que as separa.

A paz, a justiça, a democracia e o desenvolvimento caminham juntos. São os objetivos maiores que nossos povos perseguem. Juntos, identificados por interesses e valores comuns nos planos interno e internacional, Argentina e Brasil muito podem fazer em benefício dessas que são suas aspirações máximas.

Senhor Presidente,

A ponte Presidente Tancredo Neves é mais uma expressão da forma como nossos países transformaram em dinâmica realidade o vaticínio do então presidente eleito da Argentina, Roque Saens-Peña, que há setenta e cinco anos afirmou que "tudo nos une, nada nos separa".

O diálogo e a confraternização que se desenvolvem neste encontro são uma prova dessa verdade. Empenharmos o melhor de nossos esforços para prosseguir nessa via, Senhor Presidente, é sem dúvida a maior contribuição que nossos governos poderão dar às relações entre o Brasil e a Argentina e à construção do seu futuro.

Façamos desta ponte, mais do que uma imagem da nossa união, um passo decisivo em nossa caminhada conjunta.

Visita à Argentina

Na Assembléia Legislativa
Buenos Aires
29 de julho de 1986

"Ambos os povos assumem neste momento, perante a História, um compromisso longamente amadurecido, definitivo: a integração."

28 de julho – Os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín assinaram comunicado no qual afirmam que os acordos entre Brasil e Argentina não devem limitar-se às relações bilaterais, estando abertos a outras nações da América Latina. Os presidentes admitiram que a existência de regimes democráticos é condição indispensável à integração latino-americana.

- Os Presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney encontram-se com o colega uruguaio, Julio Sanguinetti. Fica acordado que no dia 1º de janeiro de 1987 Brasil e Argentina abrirão suas alfândegas para os bens de capital dos dois países, inaugurando um mercado comum regional, dentro de um programa de integração e cooperação.

Durante cinqüenta anos, não esteve um Presidente do Brasil aqui nesta Assembléia para sentir a emoção de ser homenageado pelo povo argentino, fraterno e amigo, através do seu Parlamento, legítima expressão da soberania popular. Essa homenagem, sei que é ao Brasil, e duplamente se afirma minha gratidão.

Mas aqui estou, também, para retribuir, homenagear a Argentina, exaltando com amizade este país, sonho de um grande destino, que abriga um grande povo. A Argentina que

atravessou amarguras viveu opressões e sofreu feridas sangrentas, e saiu revigorada de suas crises, que bravamente lutou pela volta de suas instituições e se afirma como uma fortaleza onde se defende de maneira destemida e idealista os direitos humanos, a dignidade da vida, a confiança do não ter medo.

Esta Casa tem suas cicatrizes, e os que aqui estão são protagonistas do seu reflorescimento, da sua bravura, da sua obstinação, do seu sacrifício, na continuidade da História. O silêncio das tribunas parlamentares é uma voz de protesto, tão alta que o tempo não consegue apagar a sua grandeza. É um silêncio sem esquecimento. As tribunas caladas pela violência falam para a eternidade.

Passei minha vida dentro do Parlamento. Minha formação é o Congresso, grande escola, onde se aprende a ouvir, a questionar, a não ser dono da verdade e a compreender que o verdadeiro democrata é incompatível com o sectarismo, com o radicalismo, e sabe que há sempre um terreno do interesse público, onde, com grandeza, se pode encontrar soluções consensuais.

Parlamento onde se testemunha momentos de bravura, de combatividade, de vigilância constante no questionamento das decisões, na meditação do presente, nos erros do passado, nos horizontes do futuro.

Sem Parlamento não há democracia. A democracia começa no Parlamento. Todas as liberdades para aí confluem, como o grande estuário de todos os direitos e das instituições. Na América Latina, os Parlamentos têm escrito páginas gloriosas na construção do estado de direito.

Vossas Excelências, senadores e deputados, sois instrumentos e herdeiros desses instantes que povoam a vida do congresso argentino, ao longo da rica história deste país, marcada pela bravura, pelo talento e pelo sentimento de pátria.

Minha visita à Argentina é um ato de fé. Fé no novo tempo de nossas relações. Não vacilei um instante, ao receber o convite do ilustre estadista que desfruta do respeito e da admiração de todos os políticos da América, o Dr. Raúl Alfonsín, em aceitar este encontro. Ele é histórico, porque demonstra que estão encerrados os tempos de controvérsias

estéreis, de conflitos inexistentes, e nasce para se consolidar um outro tipo de relacionamento, que é o da integração e da cooperação.

Afinal, o Criador nos juntou pelas terras e pelos céus contínuos; pelo espaço, e pelo tempo, vivemos os mesmos problemas e aspiramos pelas mesmas soluções. Queremos sair do subdesenvolvimento, queremos romper a barreira do atraso. O mundo do futuro não será mais um mundo entre países pobres ou ricos. Este problema será resolvido em respeito ao gênero humano. Mas a mais grave de todas as disparidades, aparecidas ao longo da aventura do homem, será a de povos que dominam os saberes e povos mentalmente atrasados.

Povos que dominam tecnologias e povos que esgotam suas aspirações apenas na alimentação. A América Latina não pode ficar condenada ao pauperismo. Para impedir que isso possa acontecer é que nós, políticos do presente, temos que construir as barreiras do futuro. Não poderemos fazer isso sós, cada um isolado. Venceremos o tempo e a guerra. Vamos juntar nossos esforços, nossos cérebros, integrar nossas experiências e livrar-nos de todas as dependências. Crescer juntos.

Brasil, Argentina, Uruguai podem começar a abrir essa perspectiva a todos os outros países da América Latina. Integrar para não sermos entregues.

O Congresso é um grande centro, importante cenário onde essas idéias podem frutificar, onde devem ser debatidas, formuladas. Um laboratório da descoberta de mecanismos que possam pôr a funcionar o desejo político, a vontade política de nossos governos e de nossos povos.

Senhores parlamentares,

Venho aqui, em nome da amizade que nos une, render meu tributo ao papel de especial relevo que reserva aos senadores e deputados argentinos, juntamente com seus pares brasileiros, na integração de nossos povos. O Parlamento, sem as limitações da diplomacia, participa ativamente das iniciativas de aproximação mais íntima e de entendimento mais estreito no plano internacional, quando são tantos e tão variados os interesses que identificam dois povos.

Trago a palavra de um Brasil novo, de um povo que readquiriu a confiança em si próprio e tem revelado compreensão e maturidade diante das profundas reformas que transformaram, em curto período, a vida política e econômica do país. O governo democrático teve início em condições especialmente adversas, em meio à consternação e ao sofrimento pela perda de Tancredo Neves. Naquele momento difícil, em que o temor e a perplexidade substituíram a esperança, não nos faltaram o apoio e a solidariedade fraterna do povo argentino e de seus líderes. Encorajado a perseverar, com determinação e espírito de solidariedade, o povo brasileiro uniu-se, em torno do Governo, para que o país pudesse ingressar de fato no caminho das mudanças reclamadas por todos.

Abolimos os resquícios jurídicos herdados do autoritarismo. Revogaram-se leis que cerceavam a liberdade sindical, de informação, de criação. Restabelecemos as eleições diretas em todos os níveis. Deu-se ampla liberdade de organização partidária. Em 15 de novembro último, o povo elegeu, com seu voto livre e soberano, os prefeitos das capitais e dos municípios considerados de segurança nacional, numa primeira grande manifestação cívica depois de iniciada a Nova República. Neste ano, na mesma data, elegerá a Assembléia Nacional Constituinte, destinada a completar a profunda reforma institucional e política que o país exige para enveredar, desimpedido, pelos caminhos que devem conduzir-nos a uma sociedade justa e desenvolvida, com indicadores sociais compatíveis com nosso potencial econômico.

Está em plena marcha, com resultados animadores, o programa de estabilização da economia. A inflação, que configurava um quadro político e social preocupante, situa-se agora pouco acima de zero e, num primeiro momento, chegou a baixar a índices negativos. A reforma restaurou os valores do trabalho e da produção, acabou com a especulação e devolveu aos brasileiros a esperança perdida durante vários anos de escalada inflacionária, de aviltamento salarial, de empobrecimento generalizado, que com a persistência desses problemas representavam pesada dívida moral e social. O regime democrático tem agora condição de enfrentar, com objetividade, os graves problemas que constituem a maior e a

mais premente dívida da sociedade brasileira: nossa dívida social e moral.

Para essa tarefa inadiável contamos hoje com dois instrumentos poderosos: a democracia, que canaliza as aspirações e dirige o processo decisório em estreita sintonia com a sociedade, e a transparência e a previsibilidade reconquistadas no plano econômico. Colocada sob essa perspectiva, a democracia, que propiciou o plano econômico, ganhará no Brasil a sua dimensão mais autêntica, não como um fim em si mesma, mas como um processo destinado a levar o país aos avanços indispensáveis à sua dimensão mais autêntica, não como um fim em si mesma, mas como um processo destinado a levar o país aos avanços indispensáveis à sua estabilidade política e social. Como em toda a América Latina, a democracia não é uma conquista acabada, mas um processo em permanente evolução. Nossa independência não é uma data imóvel no tempo: é uma luta quotidiana, que está longe de terminar, que apenas começou.

A Argentina, igualmente, vive época de mudanças. Retoma o seu destino de grande nação e vislumbra o futuro com ânimo firme. Acima de diferenças de caráter partidário ou ideológico, o país se mobiliza em torno de um projeto modernizador que abre novos horizontes para o aproveitamento dos seus notáveis recursos e potencialidades.

A plenitude do Estado de Direito, o clima de absoluta liberdade e o respeito aos padrões de convivência pacífica da democracia são traços marcantes da atualidade política argentina. As conquistas e realizações logradas no campo econômico-social ajudam, por outro lado, a alicerçar as bases da estabilidade e do progresso.

A América Latina, e especialmente o Brasil, volta-se com interesse solidário e renovado para o impressionante movimento político e social que transforma a Argentina de hoje, com reflexos benéficos para todo o continente. E na confiança renascida de momento como este, que o continente de San Martín e Bolívar se inspira para prosseguir em seu lento amadurecer, em seu obstinado destino de ser, de fato, um Novo Mundo.

A lição, que nossos países oferecem ao mundo, é que a democracia cria raízes profundas na América Latina e que governo civil não é sinônimo de instabilidade, de ingovernabilidade. Ao contrário, é fonte de soluções criativas, liberador de energias cívicas.

O poder político, síntese de todos os poderes, é o único que assegura a ordem sustentada na lei, a obediência ao direito e à justiça, a legitimidade capaz de construir a verdadeira e definitiva história nacional.

Senhores parlamentares,

Os vínculos de fraterna amizade entre nossos dois países, que se expressam em um intenso intercâmbio e proveitosa cooperação, recebem hoje novo impulso. A democracia nos aproxima ainda mais. Os desafios crescentes da realidade internacional nos estimulam a cooperar intensamente. As transformações por que passam os dois países aumentam o interesse de nossas relações.

Ambos os povos assumem neste momento, perante a História, um compromisso longamente amadurecido, definitivo: a integração. É interpretando o desejo comum de brasileiros e argentinos que nossos Governos empenharam vontade política em um intenso e complexo programa de integração econômica e cooperação.

Meses atrás, tive a honra de manter um encontro na fronteira com o Presidente Raúl Alfonsín. Ali inauguramos importante obra de integração física entre os dois países, a Fonte Tancredo Neves. Dentro do espírito marcado por aquela solenidade, celebramos entendimentos de alto significado para a intensificação e o aperfeiçoamento dos nossos laços. Hoje, podemos verificar como esses entendimentos frutificaram.

Agora em Buenos Aires para, juntamente com o Presidente Raúl Alfonsín, formalizamos no mais alto nível esse programa de cooperação e integração econômica. Estou consciente da magnitude da tarefa a ser realizada e da sua importância para as relações entre o Brasil e a Argentina, assim como para toda a América Latina. Tenho a certeza de que contará com o respaldo e o engajamento de todos os setores

de ambas as nações, associados a este esforço comum para explorar novos caminhos na busca de um espaço econômico latino-americano.

Esta é uma iniciativa que expressa, em toda a sua extensão, a nova etapa em que ingressam nossas relações. Pela primeira vez, os dois países criam condições efetivas para transpor para a realidade as reiteradas manifestações de intenção sobre o aprimoramento da integração física, econômica e comercial, no plano bilateral, mas dentro do espírito e da orientação geral que vem conduzindo o processo de integração regional latino-americana.

Creio que o principal sentido a ressaltar desta iniciativa é sua visão do futuro, sua percepção da capacidade de os dois países planejarem várias de suas atividades econômicas levando em conta a parceria do outro. É um grande passo em nossas relações, um passo histórico, que consolida, sob a égide de uma nova e profunda identidade de valores e aspirações, a lenta evolução que felizmente fez de nós países irmãos no sentido pleno da palavra.

Na mensagem dirigida a Vossas Excelências, quando da abertura do atual período de sessões legislativas, no dia primeiro de maio, o Presidente Alfonsín salientou, ao falar da integração latino-americana, que "os instrumentos, as políticas e as decisões para produzirmos a grande transformação da região estão ao nosso alcance". O Brasil e a Argentina demonstram, concretamente, o seu empenho conjunto nesse sentido. Tornamos hoje a nossa integração uma realidade.

Senhores senadores, senhores deputados,

A integração e a cooperação entre o Brasil e a Argentina só se completam quando ela é também levada ao âmbito internacional. Os mesmos interesses, que nos aproximam no plano bilateral de forma tão expressiva ganham, no plano das relações internacionais, uma importante dimensão.

Chegamos à conclusão de que, isoladamente, nossos países pouco ou quase nada irão mudar na ordem mundial.

Juntos, ao contrário, haveremos de saber influir gradativamente nas decisões internacionais sobre as questões

que nos interessam diretamente. Elas vão desde as diversas formas de ameaça à estabilidade do continente — a crise centro-americana, a dívida externa — à corrida armamentista, às diversas formas do protecionismo comercial praticado pelas nações industrializadas, à instabilidade dos preços dos produtos exportados pelos países em desenvolvimento, à transferência e o desenvolvimento da tecnologia e muitos outros.

A distância a separar-nos dos grandes avanços científicos do Hemisfério Norte tenderá a aumentar-se, se não cuidarmos de promover, sem vacilações, a nossa modernização tecnológica. O Brasil e a Argentina, nessa matéria, desenvolvem cooperação modelar em áreas relevantes como a biotecnologia, a informática e a utilização pacífica da energia nuclear.

A América Latina busca aprimorar a sua capacidade de resposta coletiva. Instrumentos inovadores e genuinamente latino-americanos para o encaminhamento dos problemas da região, como o Consenso de Cartagena, Contadora e seu Grupo de Apoio, constituem hoje das mais importantes ações diplomáticas do continente, capazes de gerar fatos novos e circunscrever crises graves em um marco negociador reconhecido internacionalmente.

Como exemplo dessa integração de nossos países no plano internacional, não poderia deixar de mencionar aqui o histórico apoio brasileiro à reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. As Malvinas são argentinas. O Brasil nunca deixou de reconhecer esse fato, empenhando-se sempre para que o diferendo em torno daqueles territórios seja resolvido de forma pacífica e negociada, de forma a propiciar uma solução duradoura que livre o Atlântico Sul de qualquer ameaça à paz e à estabilidade, tão necessárias ao progresso dos países da área.

Renovo aqui, perante o Congresso e o povo argentino, o firme compromisso do Brasil de seguir procurando, por todos os meios ao seu alcance, que a justa reivindicação argentina encontre tratamento compatível com a importância que o tema tem para esta Nação.

Com relação ao Atlântico Sul, meu Governo acaba de tomar, no âmbito das Nações Unidas, uma iniciativa

que estimo ser do maior interesse para os países da área. O tema deve começar a ser tratado com atenção e seriedade pela comunidade internacional. Queremos preservar o Altântico Sul das tensões e conflitos oriundos de interesses estranhos às nações em desenvolvimento da região e assegurar que essa imensa fronteira marítima sirva para a aproximação fraterna e o entendimento entre os povos. O Brasil e a Argentina ocupam amplas faixas costeiras sobre esse oceano e, portanto, cabe-lhes desenvolver uma ação convergente naquele sentido, junto com outros países amantes da paz e da cooperação.

O Continente, que se vem esmerando em encontrar mecanismos legítimos para solucionar seus problemas, muito tem a ganhar com a estreita coordenação de posições entre nossos países. Todos os temas que nos interessam devem ser objeto de consultas, com a informalidade própria dos governos democráticos que agem com legitimidade e são vozes a serem ouvidas pela comunidade internacional.

Brasil e Argentina têm hoje governos democráticos. Nunca nossas relações foram tão sólidas. Queremos que não seja este um instante passageiro, mas o alicerce definitivo das relações mais profundas entre nossos povos.

Pessoalmente o Presidente do Brasil dará sua contribuição afetiva e entusiástica a esse passo. Ele é um admirador da Argentina, de seus valores culturais, de sua literatura, de sua extraordinária riqueza humana.

O Brasil vive um momento de grande transformação. Internacionalmente afirmamos que não somos prisioneiros das grandes potências nem dos pequenos conflitos, que nossa dívida externa jamais será paga com a recessão ou a fome do nosso povo.

O mundo vive a economia dos conjuntos. Temos de criar mecanismos que nos defendam, Brasil e Argentina, das barreiras protecionistas dos países desenvolvidos, da manipulação dos juros altos, dos baixos preços de nossas matérias-primas.

Difícil é começar. A carreira começa no primeiro passo. Vamos caminhar. Vamos voar, vamos navegar juntos, vamos crescer juntos.

Senhores senadores e deputados,

Sejam minhas últimas palavras recolhidas na sabedoria do povo argentino, das lendas, das vivências, das crenças. Vou recolhê-las em um dos mais representativos dos seus mágicos personagens, *Martín Fierro,* consagrado pela transfiguração da escrita, por José Hernández, glória das letras argentinas, e que nosso hóspede no exílio, viveu o carinho da alma brasileira, em Santana do Livramento.

Quais são os últimos versos do grande e eterno poema?

.....

"y se canto de este modo
por encontrarlo oportuno,
No es para mal de ninguno,
Sino para bien de todos."

Bem de nossos povos.
Aqui estamos.

Visita aos Estados Unidos da América
(Sessão Conjunta do Congresso)

Sessão conjunta do Congresso
Washington
11 de setembro de 1986

"Após a exaltação do parlamento americano, garantia da vontade do povo e das eleições livres, é evocada a luta dos brasileiros pela independência e pela liberdade."

11 de setembro — O Presidente José Sarney resume, com uma frase, o significado de sua visita de dois dias a Washington: "Esta é a primeira vez que um presidente do Brasil vem aos Estados Unidos e fala de igual para igual"

Senhores congressistas,

Será difícil a qualquer político, de qualquer lugar do mundo, recebido nesta Casa, resistir à emoção. Será difícil esquecer as luzes da história que iluminam a tradição deste congresso, que viajou da Filadélfia do século XVIII e se mantém com uma única porta de entrada e saída: a vontade do povo, eleições livres.

Este país enfrentou crises, viveu momentos de triunfo e provou muitas vezes o gosto amargo do perigo e do luto. Viveu dias em que soaram as trombetas de todas as alegrias e momentos em que sangraram lágrimas de todas as tristezas. O infortúnio da guerra e as cantigas da paz.

Uma coisa não se alterou e resistiu a tudo: o Congresso dos Estados Unidos.

É preciso recordar o que dizia Brogan. Quando a Constituição foi elaborada, ainda existia a monarquia francesa;

um imperador romano; a república veneziana e uma república alemã; uma autocracia em São Petersburgo, um califa em Constantinopla, um imperador revestido num mandato celestial em Pequim e um Xógum no então débil e desconhecido Japão. Tudo mudou, todos mudaram, mas os poderes nos Estados Unidos, desde os tempos de George Washington na Presidência, mudaram menos que as formas do poder real ainda há pouco tempo existentes no Tibete.

> "Todos os poderes legislativos aqui outorgados serão investidos no Congresso dos Estados Unidos, que se constituirá de um senado e de uma câmara de representantes."

Com essas palavras lacônicas, os fundadores definiram a estrutura das casas legislativas que aqui funcionam.

O mundo inteiro foi seduzido pelo vosso exemplo. Em quantas partes do mundo, ao longo destes dois séculos, sonhadores, heróis, mártires, não conjuraram, sonharam enlouquecidos pela chama de fogo de vossas idéias de autogoverno!...

Há duzentos anos meu país, o Brasil, era uma colônia européia. Desde essa época remota os brasileiros se sentiram próximos dos Estados Unidos.

Em 1787, o jovem brasileiro José Joaquim Maia procurava Thomas Jefferson, então ministro plenipotenciário em Paris, pedindo o apoio para a causa da nossa Independência. Dois anos depois, Tiradentes, o nosso herói que sonhou ver o Brasil livre e republicano, era condenado à forca, esquartejado. O seu corpo em pedaços foi salgado, amarrados em postes, exibido em horror e crueldade pelas ruas e estradas, para amedrontar o sonho da liberdade, e dizer que ela não nasceria em nossos campos.

Sabem os senhores o que os agentes do rei encontraram entre os documentos que haviam enchido o coração do nosso mártir da loucura santa da Independência? A Constituição dos Estados Unidos.

Sou antigo parlamentar. Deputado e senador durante vinte e nove anos. O parlamento é minha casa de formação política. Rendo minha homenagem ao Congresso dos Estados Unidos, sabendo o que ele representa. Sou grato à gentileza desta sessão conjunta do Senado e da Câmara. Não poderia vir a este país sem esta oportunidade, momento de renovar a fé na democracia.

Sei que esta calorosa acolhida é uma demonstração de amizade ao Brasil.

Recebam minha gratidão, que pessoalmente renovo ao presidente O'Neill e transmito a todos os membros da Câmara de Representantes e do Senado, que decidiram honrar-me com o convite para esta sessão conjunta.

O parlamento é uma escola de vida pública. Ele é maior que a soma de todos os congressistas. A instituição é a soberania do povo. Aqui se aprende a ouvir, mais do que falar. A ouvir todas as vozes, de todos os grupos sociais, de todas as emoções, de todas as injustiças. Aqui se questionam todas as decisões e aqui se formam os verdadeiros sentimentos do democrata, que podem ser resumidos num exemplo também vosso: Benjamin Franklin, o velho Franklin, sem condições de assinar a Constituição, alquebrado nos seus 81 anos, pede a James Wilson que leia as palavras que escrevera para aquele instante. Quais eram elas?

— Quanto mais envelheço, tanto mais me é dado duvidar do meu julgamento, e ter mais respeito pelo julgamento alheio!

Este é o verdadeiro sentimento do democrata. Respeitar a opinião dos outros. A democracia sobreviveu porque não vive de dogmas, de verdades absolutas, de inquisições de fé. Ela vive do poder criativo da liberdade de opinião, de iniciativa, de ter, de trabalhar, de informar, de crer, de descrer, de amar, de sonhar.

Só quem sabe o verdadeiro valor da liberdade é quem a perdeu. E como é difícil recuperá-la!

O Brasil é um país de conciliação e diálogo, que pratica a paz. O verdadeiro nome da paz é democracia. Porque democracia é entendimento, é a capacidade de encontrar

soluções fora das soluções de força. Por isso as democracias não se guerreiam.

Estou aqui, nos Estados Unidos, atendendo a convite do Presidente Ronald Reagan que, com tenacidade e liderança, governa este país num momento em que a situação mundial é de grandes apreensões.

A nação de agricultores do século dezoito transformou-se na nação mais industrializada do mundo. O país que queria a todo preço evitar "envolvimentos estrangeiros" converteu-se numa potência global, com responsabilidades planetárias.

Na 2º Guerra Mundial, lutamos como aliados contra o nazi-fascismo. Ao longo de sua história, o Brasil admirou a pujança da democracia americana, a solidez de suas instituições, o civismo do seu povo e a criatividade dos seus artistas, cientistas e intelectuais. Partindo de matrizes culturais diversas, crescemos juntos, Brasil e Estados Unidos, no horizonte compartilhado de valores que provêm da época em que emergimos no cenário da história como nações independentes: os valores do iluminismo, ao qual devemos nossa fé inquebrantável na razão, na verdade, na paz e na concórdia.

Senhores congressistas,

É representando esse Brasil que aqui estou. Venho como presidente de um país que tem afinidades com os Estados Unidos, e que, sem humildade e sem arrogância, tem a consciência tranqüila do seu destino histórico e de sua importância como oitava economia do mundo ocidental. Sou representante de um grande povo, que vem visitar uma grande nação. Trago a saudação dos meus compatriotas, e sou portador dos votos do povo brasileiro, para desejar que este país continue na sua trajetória de grandeza que passa obrigatoriamente pela justiça.

Brasil e Estados Unidos se reencontram hoje na prática da democracia, não só como o regime mais justo e humano, mas também como o mais forte e eficaz. Atravessamos 20 anos de dificuldades institucionais.

Em apenas 17 meses de exercício da democracia, o poder civil demonstrou capacidade de agir com determinação e coragem. Ousou acabar com a indexação, a mentalidade especulativa de toda uma geração. Cortou a hiperinflação de mais de 200% para menos de 1% ao mês. Fez o país voltar a crescer a taxas de 8%. Criou centenas de milhares de empregos. Valorizou os salários. Lançou a reforma agrária. Está elevando os investimentos sociais a 12,5% do Produto Interno Bruto, para chegarmos ao fim do século com níveis de bem-estar comparáveis aos do sul da Europa. Restabeleceu a mais ampla liberdade política e sindical. Convocou eleições para a Assembléia Constituinte nas quais votarão 69 milhões de brasileiros, mais do que a população de qualquer país ocidental, exceto os Estados Unidos.

Tudo isso sem traumas, sem violência, dentro do lema da Nova República: conciliação e mudança.

Essa mesma atitude construtiva inspira nossa ação internacional. Cada uma das dimensões do Brasil Novo, a política, a econômica, a social, deve encontrar, no cenário internacional, uma contrapartida que a reforce e favoreça. O que visamos é a paz e a estabilidade na ordem política; o crescimento e a expansão na economia; o fim da fome, da doença, da ignorância, da miséria. Desejamos ocupar o espaço que nos cabe no cenário internacional.

Não viemos aqui, porém, para acusar ou cobrar de outros o que não fazemos nós mesmos. Queremos, ao contrário, que nos julguem por nossas ações, pelo que estamos fazendo para atingir cada um desses objetivos.

Nossa relação de amizade e cooperação com dez vizinhos, ao longo de 17 mil quilômetros de fronteiras, é a contribuição para um mundo tecido pela arte da negociação. Superando um passado de rivalidade ou indiferença, estamos edificando com a Argentina um projeto histórico de integração e desenvolvimento, ao qual se juntou o Uruguai. Rompendo com uma visão estreita e deformada da soberania, aderimos às convenções internacionais sobre direitos humanos e contra a tortura. Estamos propondo que o Atlântico Sul, entre a América do Sul e a África, seja preservado como um espaço

de paz e união, isento de armas nucleares, como já se fez, com nossa participação, no tratado de desnuclearização da América Latina.

Fazemos parte do grupo que apóia uma solução negociada e pacífica para a América Central e adotamos legislação com sanções efetivas contra o *apartheid*. Somos uma nação mestiça e a segunda nação do mundo de cor preta, depois da Nigéria. Praticamos uma democracia racial exemplar.

Estamos irmanados, todos os brasileiros, na tarefa de reconstruir o País. Deparamos-nos, entretanto, com uma séria limitação — o volume de recursos que a economia brasileira vem transferindo cada ano para o exterior, a fim de atender ao serviço de uma dívida externa pesada. O volume dessas transferências alcançou, no ano passado, uma quarta parte de nossa poupança interna bruta. É evidente que não poderemos crescer ao ritmo necessário e desejado se continuarmos assim.

Trata-se de uma conta simples. Para crescer, precisamos aumentar importações e a taxa de investimentos. Ao fazê-lo, estaremos adquirindo mais produtos agrícolas e industriais de nossos principais parceiros comerciais, sobretudo do maior deles — os Estados Unidos da América. Estaremos assim contribuindo, na medida de nossa demanda por importações, para reduzir o déficit comercial deste país.

O Brasil tem potencialidades para essa cooperação. Mas, com isso, estaremos também reduzindo nosso saldo comercial com o exterior. O Brasil tem mantido nos últimos anos um saldo de comércio correspondente a cerca de metade de suas exportações. Em termos relativos, pouquíssimos países têm alcançado tal desempenho. Com o saldo, temos atendido ao serviço da dívida. Ao reduzi-lo através do aumento de importações, estaremos necessariamente diminuindo nossa capacidade de transferir recursos para o pagamento da dívida. Em outras palavras: teremos que passar a pagar menos por algum tempo, para podermos importar mais. Somente assim poderemos assegurar, de imediato, o ritmo de crescimento almejado, e, no médio e longo prazos, a reintegração do País na economia internacional sem crises, choques ou sobressaltos, e cumprir com o inalienável compromisso que temos com nosso povo. A América Latina não pode sobreviver com a

miséria dos salários de 25 dólares por mês. Dessa criminosa injustiça nascem o caldeirão social, a revolta, a sedução da violência.

Temos proposto insistentemente, nos foros apropriados, um esforço conjunto de credores e devedores. Os *spreads* elevados que os bancos cobram e o alto nível das taxas de juros reais impedem os países devedores de crescer e, assim, de verem reforçada sua capacidade de pagamento. A instabilidade dos juros e as flutuações do câmbio os impedem de planejar seu desenvolvimento econômico e social, já que não podem estimar a quanto montarão seus compromissos financeiros e suas disponibilidades sequer no semestre seguinte, quanto mais no ano seguinte.

É indispensável promover um entendimento entre os líderes de países credores e devedores, para reduzir o montante dos pagamentos atualmente desembolsados. Assim, os segundos poderão voltar a absorver mais mercadorias dos primeiros, contribuindo com seu próprio crescimento para o relançamento e a normalização da economia mundial. De nossa parte, continuamos prontos a engajar-nos nessa empreitada conjunta. Mas não podemos esperar até que seja tarde demais. Temos instado nossos parceiros dos países industrializados a empreendermos juntos, e desde já, esse esforço em prol da saúde e estabilidade financeiras do mundo ocidental.

No tema maior da redenção do homem da miséria e do sofrimento, reconheço não ser muito o que pudemos fazer fora de nossas fronteiras. A prioridade do meu governo tem sido o esforço de resgatar a principal de nossas dívidas, a dívida social e moral que temos com o nosso próprio povo. Não obstante, estamos dispostos a trazer nosso aporte para ajudar a superar as disparidades de riqueza, a combater a doença e a ignorância, a colaborar em erradicar o tráfico de drogas. Retomo aqui o apelo que lancei da tribuna das Nações Unidas, no sentido de que se empreenda uma luta definitiva para fazer desaparecer o flagelo da fomeda face da terra.

Em todas as dimensões da ordem mundial, o Brasil é um fator de estabilidade e de paz, de conciliação e de equilíbrio. Somos um País que soma, que não desagrega. Um País que não traz problemas, mas soluções.

Nossa capacidade de dar respostas próprias aos desafios ficou demonstrada na transição pacífica para a democracia, no combate não-recessivo à inflação.

Confiamos em nossas próprias forças, sem ignorar que também dependemos, como todos, em graus distintos, de forças e condições derivadas do sistema internacional.

O Brasil tem tudo para dar certo. Tem todas as condições para, a curto prazo, dar o salto para o pleno desenvolvimento.

Existem no País amplas oportunidades de investimento, que continuam abertas à iniciativa do investidor nacional privado e do investidor estrangeiro. Além de uma economia robusta, da abundância de matérias-primas, de mão-de-obra diligente e esclarecida e de uma infra-estrutura moderna, o investidor encontrará uma adequada legislação sobre o tratamento do capital estrangeiro. Nossa lei, sobre ser eqüânime e flexível, tem presidido com êxito, por mais de vinte anos, ao importante relacionamento com aquelas empresas que nos aportam do exterior seus recursos de capital, sua tecnologia e sua capacidade gerencial. Este tem sido um relacionamento estável, transparente e confiável que, com a retomada do crescimento da economia e da estabilidade política e social de que agora desfrutamos, voltará a atrair, estou seguro, fluxos crescentes de investimento para participar no desenvolvimento de nossa riqueza.

O êxito brasileiro não deve ser visto como ameaça a ninguém. É, ao contrário, uma vitória para todos os que crêem no valor positivo do trabalho humano para superar o atraso e o subdesenvolvimento.

O sucesso do Brasil será a consagração dos valores ocidentais de uma democracia pluralista e participativa, de uma sociedade livre e aberta, de uma economia de mercado criativa, onde a liberdade econômica da iniciativa privada constitui a garantia da liberdade política e o carro-chefe do desenvolvimento.

Desejamos firmemente um nível alto de cooperação com os Estados Unidos, país que primeiro reconheceu nossa independência e ao qual estamos ligados por vínculos culturais, políticos e econômicos.

Cooperação que une uma superpotência de interesses globais a uma nação latino-americana que emerge para o desenvolvimento e para assumir maiores responsabilidades no mundo. Para que essa relação se consolide e enriqueça, é preciso haver, em cada um dos lados, maturidade para encarar como naturais as dificuldades do percurso, respeito para com os legítimos interesses e pontos de vista do outro, permanente disposição ao diálogo e ao entendimento.

Essa vem sendo nossa tradição, é nossa prática no presente, é nossa expectativa para o futuro.

Members of Congress,

Now as we look toward the third millenium with the vitality and confidence of the youthful pioneer societies of the Americas, in my rough spoken as a Brazilian from the northeast of my country, I would like to conclude by quoting the poet of democracy, the great Walt Whitman.

He wrote a poem to the Brazilian people to herald the birth of the republic in 1889 that speaks to us still today. These are eternal verses that evoke freedom and democracy as forcefully as the lines of when "lilacs last in the dooryard bloomed": "Welcome, Brazilian brother — the ample place is ready; a loving hand — a smile from thy North — a sunny instant hail. (Let the future care for itself, where it reveals its troubles, impediments, ours, ours the present throe, the democratic aim, the acceptance and the faith;) to *time* today our reaching arm, our turning neck — to thee from us lhe expectant eye, thou cluster free. Thou briliant lustrous one. Thou, learning well, the true lesson of a nation's light in the sky, (more shining than the cross, more than the crown) the neight to be superb humanity."

Deus guarde os Estados Unidos e a América.

Encontro com Empresários Argentinos e Brasileiros

Academia Brasileira de Tênis
Brasília, DF
11 de dezembro

"Os empresários do Brasil e da Argentina dão apoio completo ao plano de integração e cooperação assumido pelos governos dos dois países, plano esse que já está se concretizando com grande êxito."

11 de dezembro — A presença no Brasil dos Presidentes da Argentina e do Uruguai tem um significado histórico. O Presidente Alfonsín declara que os países ricos devem compreender que o Brasil e Argentina têm de pensar na democracia e na justiça social e não apenas na dívida externa.

Esta reunião com empresários constitui um dos momentos culminantes da histórica visita com que nos honra o Presidente Raúl Alfonsín. Ela demonstra, de forma cabal, a participação do empresariado dos dois países no grande projeto de integração e cooperação que há um ano anima as relações brasileiro-argentinas.

A integração econômica entre o Brasil e a Argentina é uma realidade concreta que construímos ativamente ao longo deste último ano.

Ela se expressa em números significativos no plano econômico-comercial e significa, no plano político, que viramos definitivamente a página das controvérsias entre dois grandes países sul-americanos.

O encontro de Iguaçu, há um ano, foi o passo decisivo na superação de todas as divergências. Ele comprometeu a vontade política dos dois governos num

programa novo e pragmático, assentado sobre a coincidência de interesses e a complementaridade de duas economias que, juntas, representam mais de 160 milhões de consumidores.

Desde Iguaçu, entramos numa etapa nova das relações econômicas entre os dois países. Sobre o pano de fundo da identidade democrática, os governos mobilizam suas sociedades em torno de um programa de cooperação e integração, que se desdobrou em três encontros presidenciais com expressivo número de realizações.

Em Buenos Aires, em meio às mais gratas demonstrações de simpatia e amizade do povo argentino, definimos um programa de trabalho, contido em uma série de acordos com metas claramente definidas e objetivos concretos. Esse programa engajou, nos meses seguintes, com reuniões quase semanais, boa parte da capacidade negociadora dos setores econômicos externos dos dois países. Produziu resultados palpáveis, que estamos avaliando aqui em Brasília para dar continuidade ao processo, em direção a um efetivo mercado comum entre os dois países.

Desse balanço, ressalta uma certeza encorajadora: praticamente tudo o que havíamos proposto em Iguaçu e delineado em Buenos Aires foi cumprido.

O intercâmbio comercial quase duplicou em relação ao ano de 1985, revertendo definitivamente a tendência ao declínio e à estagnação que marcou os anos anteriores.

O protocolo sobre bens de capital era o mais audacioso do programa de integração, por sua estreita vinculação com a própria recuperação da capacidade produtiva das duas economias e sua importância como carro-chefe da integração. A partir desse protocolo, definiu-se objetivamente a lista de quinhentos produtos que, a contar de primeiro de janeiro de 1987, serão comercializados com tarifa zero, iniciando concretamente o mercado comum num setor capital da economia, o da estrutura produtiva.

O protocolo de expansão do comércio foi cumprido integralmente, principalmente no que diz respeito à atualização da lista de produtos contemplada no acordo de alcance parcial número 1, na qual foram incluídos 3 mil itens com tarifa máxima de 30%. O acordo, que dava sinais de esgotamento, foi

revitalizado e comandará toda a relação comercial nos próximos 6 anos.

Essas realizações, que frutificarão em futuro muito próximo, completam-se agora com novos mecanismos de cooperação e associação nos mais variados campos, mas sempre em áreas de vital interesse para as economias dos dois países. Criamos um mecanismo de investimento, sob a forma de um fundo de financiamentos, com capital de 200 milhões de dólares, destinado a operar em casos de desequilíbrio.

No setor de alimentos, estamos aperfeiçoando esquemas de cooperação alimentar que assegurem o abastecimento não apenas em condições normais, mas também na emergência de crises conjunturais de oferta de alguns produtos básicos. Dessa forma, o programa Brasil-Argentina assume também a característica de um importante apoio às políticas de abastecimento nos dois países, numa etapa de controle inflacionário e aumento significativo da demanda.

O Programa de Integração Brasil-Argentina estende-se ainda por diversas outras áreas relevantes: biotecnologia, energia nuclear, comunicações, informática, transportes terrestres e marítimos, siderurgia. Em todas elas, duas preocupações centrais orientam os projetos e acordos definidos: criar um clima de confiança, associar os esforços desenvolvidos em ambos os países para alcançar metas comuns. Somar esforços, coordená-los e retirar o máximo de benefícios com os menores custos. Criando uma economia de maior escala, estamos otimizando nossos investimentos, modernizando nossa concepção da economia.

Senhoras e senhores,

A sociedade e os meios empresariais dos dois países reagiram da forma positiva. Os dois governos, na verdade, interpretaram corretamente um sentimento que há tempos inspirava os dois povos.

A resposta ao programa, entusiasmada e inspiradora, animou-nos a prosseguir. Hoje verificamos o quanto de acerto havia naquela iniciativa, que se inscreverá sem dúvida no marco das grandes propostas diplomáticas de nossa região, por seu

bom-senso, seu realismo, seu profundo vínculo com a realidade econômica e social dos dois países.

O programa respondeu a anseios definidos das sociedades dos dois países. Mas é importante que essa intensa motivação política conduzida pelos governos encontre uma continuidade no seio das duas sociedades, que vão estreitando sua convivência e descobrindo novos interesses comuns. Somos países de economia de mercado, em que a livre iniciativa é, no plano da economia, o espelho da liberdade política e dos direitos democráticos. Iniciativas da envergadura e do alcance político, econômico e social da integração Brasil-Argentina devem ganhar raízes profundas na sociedade, nos meios empresariais, no meio acadêmico. Os governos desejam ser promotores do processo, mas não seus tutores. É preciso, pois, que a própria sociedade crie novos vínculos, lance pontes, proponha novas iniciativas.

Lanço aqui um apelo a todos para que continuem dedicados a esse esforço como uma iniciativa própria de cada um. O setor privado tem um papel do maior realce a desempenhar nesse processo, para o qual já vem trazendo um aporte dos mais significativos.

O desafio de nossa história, a meta que inspirou nossa vida desde a independência, foi sem dúvida criar uma verdadeira autonomia para nossos países. Reduzir a dependência externa, fazendo das relações internacionais uma opção consciente de nossa soberania, e não um constrangimento marcado pela desigualdade, pelo servilismo. O programa de integração Brasil-Argentina é um marco desse esforço. Com ele, dignifica-se a dimensão externa das nossas economias, ao se criarem bases de interesse recíproco, sem vantagens unilaterais. Com ele, dois povos comprometidos com o desenvolvimento e ansiosos por consolidar conquistas nos campos político, econômico e social, percebem as vantagens da cooperação diante da competição e se lançam na exploração de caminhos conjuntos. Com ele, finalmente, a América Latina encontra uma nova contribuição ao seu indispensável processo de integração, única forma capaz de assegurar ao continente o lugar a que tem direito na história.

Agradeço em nome do Governo brasileiro a presença de tantos e expressivos empresários argentinos, representativos de setores os mais significativos da iniciativa privada do país irmão. Iniciativa privada que é o carro-chefe do desenvolvimento, e liberdade econômica que é intimamente ligada à liberdade política.

Tenho dito, e vou repetir: em qualquer lugar no mundo onde houve restrição à liberdade econômica, a liberdade política desapareceu.

A livre iniciativa, com seu poder criativo, competitivo e modernizador, foi capaz de criar os altos níveis de vida que desfrutam os trabalhadores de uma sociedade livre, pluralista e aberta.

No Brasil e na Argentina estes valores são para nós intocáveis, porque eles são intrínsecos ao regime democrático.

Confiamos na empresa moderna, no seu sentido social, na sua definitiva associação a um projeto comum que nos assegure o futuro.

Crescer juntos, para juntos vencermos os desafios do nosso tempo.

Palácio do Itamarati
Brasília, DF
13 de maio de 1987

"O diplomata brasileiro representa uma nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, uma incansável construção de relacionamentos."

5 de maio - Fernando Mílliet assume a Presidência do Banco Central, em substituição a Francisco Gros. O Ministro Bresser Pereira informa que o Brasil retomará, os contatos com o FMI.

- O Presidente Sarney adverte o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Constituinte, que vai comandar o processo de entendimento com os parlamentares sobre a duração do mandato presidencial, caso as lideranças do PMDB e PFL não cheguem logo a um acordo sobre o assunto. O Presidente Sarney afirma que: "o país não pode ficar neste suspense".

12 de maio - O Presidente Sarney queixa-se ao Prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, de ter de enfrentar a crise sozinho, tendo pela frente um PMDB dividido e incapacitado de concentrar esforços nas questões mais importantes do país.

- O Banco Mundial aprova um empréstimo de US$ 74,5 milhões que financiará uma parte substancial de projeto de formação de mão-de-obra qualificada, do Ministério do Trabalho. Este é o primeiro crédito que a instituição concede ao Governo brasileiro desde a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida de médio e longo prazo aos bancos comerciais, em fevereiro do corrente ano.

13 de maio - O Governo brasileiro deverá suspender a moratória da dívida externa, decretada em 20 de fevereiro passado, somente

quando o País alcançar o restabelecimento das reservas cambiais e um entendimento com os credores, capaz de dar maior tranqüilidade ao Governo. Foi o que admitiu o embaixador do Brasil em Washigton, Marcio Marques Moreira, ao ser condecorado no Itamarati, durante as comemorações do Dia do Diplomata.

Revivo hoje antiga tradição: os novos diplomatas, no dia de sua formatura, recebem do Presidente da República estímulo e esclarecimento sobre as diretrizes de política externa que lhes caberá executar, guiados pelas competentes chefias do Itamarati.

Esta casa é habitada pela História. História que é memória viva. Que conserva o ensinamento do passado e se projeta, sem timidez, ao encontro de seus destinos.

Esta continuidade toma corpo nos princípios e exemplos que legaram ao Itamarati seus maiores, dentre os quais ressalta a figura de Rio Branco. Ele trouxe para a República o que de melhor havia na diplomacia imperial — o profundo conhecimento histórico e geográfico do País — e lhe acrescentou elementos inovadores inerentes ao espírito de sua época.

Os princípios recolhidos dos ilustres precursores da diplomacia brasileira são sobejamente conhecidos e podem-se resumir em alguns enunciados fundamentais: vocação para as soluções pacíficas, a boa convivência e o primado do Direito.

Alicerçada nesses princípios tradicionais, a política externa brasileira tem sabido atualizar seus horizontes temáticos. Aplicando a fatos novos princípios inarredáveis, ela tem sabido interpretar nosso estilo enquanto nação. Com constância, prudência e criatividade, tem-se projetado de maneira natural.

O diplomata brasileiro representa nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, um incansável construir relacionamentos.

Ao meu Governo coube momento particularmente rico e desafiante das relações internacionais do Brasil. Digo isto com a serenidade dos que conhecem o seu dever, não carecendo de incentivo outro para cumpri-lo.

Na Nova República, nossa política externa ganhou em coerência, dinamismo, eficácia, transparência e independência.

Não se vinculando a blocos nascidos em contexto geográfico e político distinto do nosso, o Brasil luta para que sejam superados progressivamente os antagonismos ideológicos e os impasses políticos entre Leste e Oeste, bem como o grau excessivo de polarização que ainda se registra nas relações internacionais. Consoante com essas mudanças, redefinimos o nosso papel no cenário internacional. Queremos contribuir para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que vem marcando este século.

Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da atual ordem econômica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos. Uma ordem que leva à depreciação dos preços dos produtos primários, ao protecionismo praticado nos mercados com maior capacidade de importação e à asfixia através da transferência reversa de capitais não é apenas iníqua. É ilógica. É inviável.

Sabemos que a situação internacional é decisiva para a tarefa gigantesca de nosso País de completar seu desenvolvimento e acabar com a fome e a miséria de seu povo. A política externa brasileira está comprometida com nossa política de crescimento e com a luta contra o desemprego.

Não podemos ser passivos, o que não quer dizer que busquemos a via da confrontação.

Mas a ausência de confrontação ou o reconhecimento da interdependência não devem implicar a dependência em relação aos atuais centros de poder político e aos pólos econômicos mundiais. Não podemos permitir que a realidade do congelamento de poder político e econômico invada a razão política e comprometa nossa independência, segurança, dignidade, cultura ou identidade nacional.

Se, de um lado, não podemos nos afastar dos mais importantes pólos de irradiação econômica e científico-tecnológica, sob pena de nos condenarmos ao atraso e à vulnerabilidade, de outro, devemos ter o cuidado de preservar nossa autonomia quanto a decisões essenciais para nosso futuro como nação.

O Brasil nunca aspirou e nem aspira ao poder ofensivo, pois não pode nem deseja impor sua vontade a outros. Mas certamente já tem e pretende conservar suficiente poder de evitar que a vontade alheia lhe seja imposta; poder, portanto, de afirmação de sua autonomia, de seu estilo de vida, de suas leis internas, e dos princípios e prioridades de sua atuação externa.

Esta é a visão que fazemos valer no nosso comportamento internacional, no tratamento das mais diferentes questões com que somos confrontados.

Não é objetivo do Brasil tornar-se uma potência militar, pois quem concentra armas concentra perigos, e quem domina pela força tem contra si a revolta dos dominados.

Poder não é apenas força, e esta, sozinha, não comanda a política.

O Brasil age sem medo, pois seu recurso negociador não é a força: seu poder, ao contrário, se assenta no Direito.

Não nos interessa reeditar imperialismos nem exercer hegemonias. País multicultural e com interesses globais, busca o Brasil a interação entre as culturas e aceita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.

Queremos, na realidade, progredir, dentro da paz e da cooperação, através de laços horizontais.

Esta é uma das razões pelas quais, para encontrar nossos próprios caminhos, atribuímos tanta importância à cooperação entre os países em desenvolvimento.

A compreensão da globalidade de nossos interesses nos fez restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e abrir novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o Leste europeu. Lançou-nos também a novas frentes de cooperação na Ásia, em especial com o Japão, com a China, a Índia e as Nações da Associação dos Países do Sudeste Asiático.

Nossas políticas latino-americana e africana receberam nova e mais profunda orientação.

O projeto brasileiro, hoje amplamente aceito, de tornar o Atlântico Sul uma zona imune a armas nucleares e aos confrontos das superpotências é o marco da criação de um amplo espaço de cooperação.

Nosso processo de integração com a Argentina e o Uruguai, exemplo bem-sucedido de cooperação entre países em desenvolvimento e embrião de laços mais estreitos entre todos os países latino-americanos, caminha não com palavras, mas com atos.

Participamos hoje mais diretamente na busca da pacificação, no apoio à autodeterminação e no repúdio à ingerência nos negócios internos dos países centro-africanos.

Temos também repudiado, inclusive através de sanções, a política racista e intervencionista da África do Sul.

Encarando com responsabilidade e confiança o multilateralismo, desejosos de participar ativamente do debate sobre as questões relativas à paz e à segurança internacionais, decidimos apresentar nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aderimos aos pactos internacionais de direitos humanos e à convenção da ONU contra a tortura.

Em matéria de direitos humanos acreditamos que sua observância em muito contribui para facilitar a verdadeira autodeterminação dos povos. Esta é uma questão que transcende os Estados para tornar-se responsabilidade de todos os homens.

Ocorre que a democracia e o exercício dos direitos humanos muitas vezes sofrem as ameaças advindas de condições econômicas e sociais injustas. Deve existir, assim, uma co-responsabilidade internacional na geração de condições econômicas para que a democracia e os direitos humanos se mantenham vivos.

A ninguém genuinamente interessa que da fome e da miséria levantem o fogo da violência e a poeira da destruição.

Na busca de uma maior eqüidade nas relações econômicas internacionais, atribuímos grande importância às negociações econômicas em curso, na área de comércio, de serviços ou de finanças.

O diplomata brasileiro deverá estar na dianteira dessas negociações, assumindo um papel criativo e inovador.

Meu Governo tem sabido resistir às fórmulas recessivas impostas de fora; tem podido conduzir soberanamente as negociações relativas a contenciosos

comerciais; tem obtido resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e tem retomado a autonomia no problema da dívida externa.

As responsabilidades devem ser igualmente compartidas pela crise da dívida.

Ela foi desencadeada, em grande medida, porque os países industrializados decidiram adotar uma política recessiva, de aumento das taxas de juros, transferindo, assim, parte substancial do custo do seu ajuste às economias dos países mais pobres.

Queremos a colaboração da poupança externa, necessária para nosso crescimento acelerado, seja sob a forma de créditos, seja como capital de risco. Só não podemos permitir que a contribuição líquida do capital estrangeiro em nossa economia continue negativa.

Já não é somente nossa a idéia de que não se pode sacrificar o crescimento de um país em desenvolvimento para pagar a dívida. Encontra apoio explícito de inúmeros entre os mais eminentes e experimentados estadistas, pensadores e jornalistas norte-americanos, europeus e latino-americanos.

A crise da economia internacional, com seus reflexos em países como o Brasil, não esgota nossa agenda diplomática. Parafraseando imagem de uma saudosa figura do Itamarati, o chanceler Araújo Castro, existe outro ponto cardeal além do Leste, do Oeste e do Norte: o Sul. E nessa direção que se projetam muitas de nossas mais importantes iniciativas recentes. O âmbito dos países em desenvolvimento oferece espaço livre para a construção de relações de tipo novo, isentas de qualquer assimetria, imunes a veleidades de imposição de dominações ou dependências.

A primazia que o Brasil concede às relações Sul/Sul levou-me a decidir estabelecer, a curtíssimo prazo, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas ações de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo atividades e projetos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras.

Não devemos visar a estabelecer ambiciosos programas de ajuda externa, à semelhança dos que praticam os países industrializados. Nosso País não possui os meios para tanto. Realista e desejável é, sim, compartilhar com nossos irmãos da América Latina, do Caribe, da África, do Oriente próximo e da Ásia, as experiências bem-sucedidas e os avanços que os brasileiros obtiveram em setores como a pesquisa agrícola, a formação técnico-profissional, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o combate às moléstias tropicais - sem excluir as tecnologias de ponta, onde existir capacidade de absorção. Assim poderemos dar uma contribuição que seja eficaz para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos países amigos, além de compatível com os recursos de que dispomos.

Senhores diplomatas,

O Itamarati tem estado ativamente presente no diálogo crescente do Estado com a sociedade civil, debatendo temas de política externa com a Constituinte, a imprensa, a universidade, as diversas entidades representativas e associações de classe.

Não queria deixar passar esta oportunidade de agradecer a colaboração dedicada e patriótica que tenho recebido desta Casa, a lealdade e o empenho com que têm sido executadas as linhas de ação por mim definidas. Os quadros funcionais do Itamarati constituem um exemplo de qualidade, profissionalismo e estabilidade.

Por todas essas razões é que hoje tive a grande satisfação de assinar decreto que dá nova organização à estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Dá-se, assim, seqüência ao processo de modernização do Itamarati, iniciado em julho do ano passado, quando determinei fossem realizados estudos e tomadas diversas medidas para a reorganização do serviço exterior, no contexto geral da reforma administrativa.

Normalizaram-se os quadros da carreira de diplomata, que conquistou regras precisas e claras, calcadas nos melhores princípios de eqüidade, privilegiando a igualdade

de oportunidades e o mérito profissional. Redistribuíram-se e descentralizaram-se os serviços. Para essa tarefa muito contribuiu o ministro Abreu Sodré, que com dedicação e espírito público vem servindo ao Itamarati, trazendo para esta Casa a sua larga experiência de administrador e político.

A carreira de diplomata retomou a moldura de regras sólidas, que contribuíram para lhe granjear reputação universal, já agora com a incorporação de institutos modernos e concebidos em consonância com os desafios profissionais gerados pela crescente e necessária presença do Brasil na comunidade das nações.

Jovens diplomatas,

Após passarem por concurso de seleção dos mais exigentes, mais dois anos de árduos estudos, iniciam hoje as senhoras e os senhores uma carreira de serviços ao Brasil. Este é, pois, um dia de natural orgulho. Felicito-os pela distinção e faço votos para que tenham, ao longo de suas vidas profissionais, o mais merecido êxito.

Ser diplomata é ter no sangue a terra. Sentir, pensando no País, e, onde estiver, fazer chegar um pedaço de todos nós: da Pátria, da História, da cultura.

A tradição desta Casa, a excelente formação profissional com que o Instituto Rio Branco prepara os seus diplomatas, asseguram ao Brasil a continuidade de homens que, pelo conhecimento e pela responsabilidade, estão aptos para a saga da inteligência que é a diplomacia moderna.

Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento

Buenos Aires, Argentina
29 de novembro de 1988

Em Buenos Aires, os Presidentes Sarney e Alfonsín assinam o Tratado de Integração e Cooperação Econômico entre o Brasil e a Argentina, que prevê a eliminação das barreiras comerciais entre os dois países num prazo de dez anos, criando um mercado comum de mais de duzentos milhões de consumidores.

Hoje é um dia marcante na história do nosso continente. Um passo fundamental, que será lembrado como uma mudança extraordinária, em busca da independência econômica da América Latina e como uma prova de grande maturidade política.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que acabamos de assinar, incorpora-se à história do Brasil e da Argentina.

É um marco. Representa uma etapa decisiva em nosso destino comum. Nossa vontade política foi capaz de superar obstáculos, vencer preconceitos, abrir a grande estrada do futuro com os pés no presente.

Desejo recordar o nosso primeiro encontro, em 1985, em Iguaçu. A comunhão de nossas idéias, a visão conjunta da necessidade de criarmos as condições que hoje se cristalizam neste Tratado.

A partir daquele instante, resolvemos que a integração seria a grande meta.

Crescermos juntos. Juntos, vencermos as barreiras da miséria, da pobreza, dos baixos padrões de vida de nossos povos, ansiosos da ocupação dos espaços que nos cabem.

Hoje sabemos que a árvore plantada sobreviverá aos nossos governos, a nossas vidas; continuará ao longo de nossa história comum; é uma consciência de nossas gentes; é uma determinação de nossa soberania.

Lanço os olhos sobre o futuro.

Seremos um mercado comum de mais de duzentos milhões de consumidores, sem barreiras econômicas, incorporados à economia dos conjuntos, partindo para projetos binacionais, para a livre circulação de bens e serviços, sem barreiras tarifárias.

Assim participaremos do comércio internacional.

O legado que deixamos é o da consolidação deste objetivo, que será obra de nossos povos, através daqueles que nos sucederem, apoiados pela decisão do povo, pelos seus representantes em nossas casas legislativas — intérpretes que são da vontade plural de nossas sociedades.

Mais do que tudo isso é o legado da amizade entre nossas nações, quando as fronteiras deixam de demarcar separações e estimulam o estreitamento de relações e a cooperação.

Nesse futuro já não estaremos sós.

A nós se juntarão outros países latino-americanos e as dificuldades de hoje serão lembradas como o sacrifício de ontem, que nós tivemos de viver, harmonizando conflitos quase insolúveis; tempos de mudanças institucionais e de consolidação da democracia, pluralista, aberta, questionadora, construtora da liberdade, e, por isso mesmo, difícil.

Sem democracia não há desenvolvimento que possa ser justo.

Sem democracia não há paz duradoura, nem dentro nem fora das fronteiras.

A democracia, anseio mais profundo e mais antigo dos povos, se fortalece no seu exercício testemunhado pelas eleições, pela crescente participação popular na política.

A democracia criativa, competitiva, da livre concorrência, sem as ameaças e sombras dos nossos anos de tempestade, assegurará a construção desse futuro que vislumbramos em Iguaçu, começado e continuado em

Lperó, Pilcanuyeu, Carmen de Patagonia, Bariloche, Viadma, Carajás, Arandu, Brasília e Buenos Aires.

Três foram as minhas visitas à Argentina e três as de Vossa Excelência, caro amigo Presidente Raúl Alfonsín, ao Brasil.

O Tratado consolida essa obra. Acelera um processo que nos levará, unidos, a transpor os desafios tecnológicos e científicos do mundo do futuro.

Argentinos e brasileiros, irmanados pelos ideais de paz e democracia, caminharemos de forma gradual, flexível, equilibrada e realista no cumprimento dos compromissos hoje assumidos, como o fizemos nestes anos.

Estaremos, assim, aptos a assegurar às nossas sociedades perspectivas seguras e auto-sustentadas de desenvolvimento.

É inabalável a firmeza de nossos propósitos.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, sob a guia dos representantes democraticamente eleitos por nossos povos, torna irreversível a integração de nossas economias e a cooperação entre nossas sociedades.

Já em julho de 1986, a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina lançava os alicerces que permitem hoje esta cerimônia.

Através de seus protocolos, estabelecemos programas realistas de cooperação em tecnologia avançada, que frutificaram.

Aí estão o Centro de Biotecnologia, a aeronave CAB-123, a Escola de Informática, a Escola de Químicas Finas e, a cooperação tecnológica na indústria nuclear.

Outorgamos preferências recíprocas para toda a pauta tarifária.

Todo produto argentino tem preferência no mercado brasileiro; qualquer produto brasileiro tem preferência na Argentina.

Criamos a experiência nova da união aduaneira em bens de capital, motores do desenvolvimento e fontes do aumento da produtividade do trabalho. Fizemos a união aduaneira na indústria de alimentos.

No campo dos transportes, os protocolos da Ata de Integração permitiram as mais profícuas negociações, que resolveram em definitivo antigas pendências, simplificaram procedimentos, e se tornaram fator de aceleração da integração dos transportes no Cone Sul.

Não negamos que a integração seja caminho sem percalços.

Energia, comunicações, moeda comum, indústria automotriz estão entre os temas cuja complexidade demanda esforço especial de imaginação e requer obstinação de nossos negociadores.

A integração, em sua plenitude, é tarefa de gerações.

Sabemos que é preciso um exercício permanente de negociação para encontrar as soluções adequadas, capazes de preservar, de forma equilibrada, os nossos interesses particulares, num quadro geral de objetivos compartilhados.

Nunca em nossa história comum estivemos tão longe de divergências.

Nunca foi tão franco e amistoso o diálogo entre nossos Governos.

Hoje, a paz e a cooperação se impõem naturalmente. Basta olhar em torno e verificar quão excepcional é o que alcançamos e quão precioso o que construímos.

Com o Tratado, confirmamos o nosso objetivo final, que é o de criar o mercado comum; ratificamos os princípios fundamentais do gradualismo, da flexibilidade, do realismo, do equilíbrio de vantagens.

Definimos os grandes campos de negociação e a forma pela qual os Executivos e os Legislativos dos dois países aprovarão os acordos específicos de harmonização e coordenação de políticas.

Estamos, ademais, convencidos de que este Tratado de Integração, Senhor Presidente, será um fator de aceleração da integração latino-americana.

A América Latina é nosso marco de referência, nosso espaço comum. Nosso ponto de partida e nosso destino.

Brasil e Argentina se querem unidos e fortes em uma América Latina unida e forte!

A América Latina, porém, tem que lidar com problemas dramáticos, como a inflação, a dívida externa, a fragilidade institucional.

O processo inflacionário tem sido o maior inimigo das nossas economias.

Ele corrói as instituições com a sua cultura do pessimismo e da revolta; da descrença nos valores democráticos e na capacidade de administrar crises; incentiva a demagogia; deforma a imagem dos políticos e da atividade pública; gera vulnerabilidades nacionais; torna os países indefesos às pressões que sobre eles exercem os poderosos interesses internacionais. Além de ser uma sedução constante à violência e à desestabilização.

A dívida externa, que herdamos, por sua vez, é injusta.

É impossível de arcar com seus ônus, que debilitam nossa capacidade de crescer, nos empurram para a recessão e nos tornam um continente exportador líquido de capitais.

Em Punta del Este, criamos um grupo que se reúne no Rio de Janeiro para formular uma proposta nossa para enfrentar o problema.

O certo é que não podemos mais agüentar a imobilidade dos credores em face de uma mudança no tratamento do problema, que tem um aspecto político e não somente de mercado.

Nós, Argentina e Brasil, temos feito grandes esforços. Confesso que o mesmo não temos sentido por parte dos países desenvolvidos.

Renovo-lhe minha admiração!

Conscientes e convictos de que nosso amanhã será mais próspero e mais justo, saberão nossos dirigentes futuros superar os obstáculos, conciliar as diferenças e serem firmes na continuidade.

Testemunho meu compromisso de dedicar a minha vida a este ideal: a unidade de nossa América na comunhão de nosso destino comum.

Nós vivemos este momento com grande idealismo.

Este Tratado de Integração aponta o caminho.

Caminho que com tanta fé, tanta crença, tanta determinação, nós dois soubemos descortinar ao apertar nossas

mãos com o sentimento de estarmos interpretando a conjugação de vontades de todos os brasileiros e de todos os argentinos, que, com orgulho, representamos.

Com a ajuda de Deus, haveremos de alcançar nossos objetivos.

Brasil e Argentina temos um lema que foi o símbolo da integração: crescer juntos!

Vamos crescer juntos!

Com a união e a amizade cada vez maior dos nossos povos.

Como dizia Jorge Luís Borges:

Nuestro deber es la gloriosa carga
[....]
Nadie es la patria, pero todos los somos.
Arda en mi pecho y en ei vuestro, incesante,
Ese límpido fuego misterioso.
[....]
Si esto es verdad e si quando el tiempo nos deja,
nos queda un sedimento de eternidad,
un gusto del mundo.

Reunião dos Presidentes dos Países da Região Amazônica

Manaus, AM
6 de maio de 1989

"Os oito países do Tratado da Região Amazônica reúnem-se em Manaus para discutir a compatibilização entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Ao final, uma declaração conjunta dirigida aos credores alerta, com veemência, que a dívida externa é impagável nas atuais condições."

2 de maio - No dia seguinte a sua inauguração, o Memorial 9 de Novembro, em homenagem aos três mortos da última greve da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, é destruído por uma potente bomba. O Presidente Sarney declara ser contra todo tipo de violência; o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, acusa a direita pelo atentado e avisa que "ninguém vai transformar esse caso num novo Riocentro".

4 de maio - Numa referência ao acontecimento de Volta Redonda, o Presidente Sarney declara que o Estado brasileiro é hoje "quase impotente e indefeso", para reprimir as ações da escala do terror. Afirma que a Constituição tirou das mãos do Estado democrático seus meios de defesa.

Grande é a honra do Brasil em receber os Presidentes dos países amazônicos e suas ilustres delegações para esta primeira reunião de cúpula no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica.

E eu, pessoalmente, tenho uma satisfação imensa em estarmos aqui reunidos. É um acontecimento marcante na

história do nosso Continente, um alento decisivo à cooperação regional.

Manaus nos ajuda a uma reflexão conjunta sobre o futuro da região. Aqui encontram-se as águas dos rios Negro e Solimões, como a nos indicar o caminho da convergência das vontades para solucionar problemas. A grandiosidade da natureza evoca a extraordinária dimensão do desafio que nos cabe enfrentar para proteger e promover o inestimável patrimônio amazônico de nossos países. Um desafio a nós legado pela providência e pelo sacrifício das gerações heróicas que forjaram nossas nações.

Para nossos países, a Amazônia foi uma parte do suporte físico da nacionalidade. Custou sangue, custou luta, tenacidade, heroísmo de nossos antepassados. É uma característica singular de nossas geografias. A Amazônia constituiu objeto de fascinação universal. Seus mistérios, sua vastidão, suas dimensões míticas têm exaltado imaginações em todo o mundo. E, também, não podemos negar, cobiça.

Desde o início da configuração política da América do Sul, a Amazônia foi alvo de ambição.

A tese de sua internacionalização não é nova, nem vai desaparecer. Ela surge e ressurge e ganha contornos mais fortes ou mais fracos diante da nossa capacidade de reagir. Se vacilarmos, se não tivermos a determinação de manter a Amazônia conservada e soberana, ela será destruída como o foram todas as terras ocupadas pela ação e força dos Impérios.

Falo de documentos brasileiros arrolados por Meira Matos.

Em meados do século XIX, foi criada a Amazon Steam Navigation Company, incorporada pela firma Le Rou, Bayard, Co. A tese dominante era da livre navegação internacional dos rios. Os rios tinham que ser patrimônio de todos. Reagimos.

Arthur Reis, grande historiador e estudioso desta área, nos diz: "Tomou corpo a alegação de que o Brasil cometia um crime contra a humanidade, denominação que se deu a nossa atitude da porta fechada a barcos que vinham — segundo afirmavam — trazer a civilização."

Moveu-se uma grande campanha mundial sobre este assunto, envolvendo várias entidades.

Matthew Fontaine Maury, um dos que comandavam a tese de internacionalização dos rios, em seu livro *The Amazon River and Atlantic Slopes of America,* editado em 1853, dizia que a "Amazônia não podia ser fechada para a humanidade, estava aguardando raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica".

Nosso Embaixador em Washington, em documento de 14 de novembro de 1850, que está arquivado no museu de Petrópolis, diz: "A pretensão de fazer explorar por sua conta, por seus engenheiros e naturalistas, o rio das Amazonas, suas margens e tributários, envolve como conseqüência necessária a pretensão de obter a livre navegação."

Já no princípio do século, o objetivo era outro. A Amazônia devia ser aberta às famosas "chartered companies", o instrumento utilizado para a colonização da África e que depredou a natureza daquele continente.

Outro documento importante que consta dos arquivos brasileiros é o ofício de 1902, do Barão do Rio Branco, em que comunica que o Ministro do Exterior de um grande país europeu, o Senhor Oswald Richtofen, dizia: "Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia."

Outro documento, também do princípio do século, é do Secretário de Estado John Hay. Dizia: "Não vejo perigo, para a soberania das nações americanas, no fato de companhias industriais se instalarem para o desenvolvimento das terras que jazem incultas."

Depois da guerra veio outro movimento. Desta vez para a Amazônia receber os excedentes populacionais da Ásia. Em seguida, a preocupação científica, chegando a UNESCO a elaborar uma decisão internacional que, ao ser analisada pelo Congresso brasileiro, provocou o protesto de Artur Bernardes. Não a aprovamos. Foi recusada pelo Congresso do Brasil.

Na década dos sessenta, surgiu o projeto do Grande Lago Amazônico, lançado pelo Instituto Hudson com o apoio de entidades ligadas a governos estrangeiros. Propunha-se a formação de um lago de mais de 1.000km^2, estendendo-se de

Monte Alegre, no Pará, até as cercanias de Tefé, no Solimões. Algo de proporções inimagináveis, que acarretaria danos irreparáveis à ecologia e transformações fundamentais na própria configuração geográfica do Brasil. Alegava-se que o projeto facilitaria o escoamento para o exterior das riquezas minerais da Amazônia. Mais uma vez, a cobiça. O Brasil resistiu às pressões dos poderosos interesses que se moveram à época em torno do projeto. Rechaçamos decididamente esta nova tentativa de utilizar a Amazônia de forma contrária a nossa soberania.

Documento recente, emanado de poderoso grupo com extensas ramificações internacionais, afirma que a "Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós um patrimônio da humanidade". "A posse dessa imensa área ocupada pelos países mencionados — afirma o documento — é meramente circunstancial."

E prossegue:

"É nosso dever garantir a preservação da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico."

Ressurge, assim, o mesmo tema. As palavras não mudaram, são as mesmas: *crime* contra a *humanidade*. A razão é que mudou, e a palavra a ser explorada, esta palavra que é tão simbólica e idealista: ecologia. E acusam-nos de incapazes de gerir nossos territórios.

Pois lembre-se a humanidade que fomos nós que preservamos a Amazônia. Ela está intacta graças à resistência de nossos países. Se tivéssemos aceito as companhias colonizadoras, internacionalizado os rios, aberto mão da nossa soberania, a Amazônia seria hoje um deserto, há cem anos explorada pelo mesmo espírito que acabou com as florestas de todo o mundo. Isto mostra nossa coerência histórica. No passado, evitamos que a Amazônia fosse destruída. No presente e no futuro, nós a preservaremos com o mesmo senso de responsabilidade.

Sabemos que precisamos evitar as queimadas, a ocupação predatória, a destruição dos rios, da fauna e da flora,

da cultura e das terras indígenas. Em suma: evitar que o desenvolvimento se faça contra a natureza. E agiremos de maneira racional, sem precisar, todos nós, de nenhuma tutela. Nem também de xenofobiar. Precisamos também acabar com o flagelo do narcotráfico e seus efeitos nocivos. É preciso desvendar a face oculta do narcotráfico e seus interesses na manipulação do idealismo da defesa da natureza. Estamos lutando em muitas frentes, todos os nossos países: contra o terror, contra a pobreza, a droga. A preservação do meio ambiente tem de ser vista no contexto dessa luta e não pode ser desvirtuada. Não podemos ser encurralados, nem acusados e colocados no banco dos réus.

Exemplo notável de solidariedade regional, de manifestação de objetivos comuns e vontade política convergente constituiu a Declaração de São Francisco de Quito, adotada, há poucas semanas, na III Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica. Reafirmou-se a determinação de nossos países em buscar o desenvolvimento integral de seus territórios e o bem-estar de suas populações, com base no equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental, ambos de responsabilidade inerente à soberania dos países membros do Tratado.

Senhores Presidentes,

Evitando incorrer nos graves equívocos que levaram à exploração predatória dos recursos naturais em outras áreas do Planeta, cabe a nós buscar formas e métodos que permitam a utilização racional das riquezas da Amazônia, em benefício de nossas populações.

A cooperação internacional caberá, sem dúvida, um papel relevante no desenvolvimento da região. Estamos todos abertos à cooperação franca, leal e igualitária com países e instituições de outras regiões, que desejem aportar recursos materiais e humanos a esta importante tarefa. Acredito, porém, que, antes de mais nada, devemos explorar as férteis avenidas de cooperação intra-regional que temos pela frente. Somos os primeiros interessados na Amazônia. O que ocorre aqui afeta-nos diretamente. Diz respeito ao nosso presente e ao nosso

futuro. Ninguém melhor do que nós pode decidir o que cabe fazer ou não fazer na Amazônia.

Saudamos, pois, a criação, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, da Comissão Especial sobre Meio Ambiente, cujo funcionamento permitirá aprofundar nosso diálogo em relação à complexa ecologia amazônica e incrementará, de forma substancial, a cooperação regional dessa área sensível e promissora.

O futuro da região será determinado por nossos países, mediante o fortalecimento de nossa capacidade de cooperação. Cabe a nós, detentores deste patrimônio inigualável, demonstrar quanto somos capazes em matéria de conservação e utilização racional do meio ambiente. Não precisamos de lições para o cumprimento de nosso dever e rejeitamos qualquer tipo de pressão ou coação. Estamos unidos também pela etnia e a mescla de culturas que, em cada um dos países amazônicos, constituem elementos distintivos de nossas nacionalidades.

Às ricas culturas autóctones vieram agregar-se contribuições de diferentes partes do Globo — da África, da Ásia, da Europa. É nosso dever, como governantes, dar expressão real à vocação de cooperação que anima nossos povos. Para isso, aqui estamos reunidos.

Afirmei, certa vez, que um país que tem a Amazônia não teme o futuro. Estou seguro de que nossos oito países, irmanados na preservação e no aproveitamento de seu patrimônio comum, caminharão decididamente ao encontro de seu destino histórico de prosperidade e de paz.

Temos a Amazônia. Não temos medo do futuro.

Instalação do Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa

Palácio dos Leões
São Luís, MA
1º de novembro de 1989

"A criação do Instituto internacional da Língua Portuguesa consolidará um pluralismo cultural, que estabelece duplo desafio: identificar os traços culturais que são comuns a várias nações, e, igualmente, preservar os elementos que as diferenciam. A língua portuguesa será assim um instrumento de progresso."

1º de novembro - O Presidente José Sarney viaja para São Luís, onde abre o Encontro dos Chefes de Estado de Língua oficial Portuguesa, de que participam os presidentes de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Trata-se do primeiro encontro na história dos chefes dessas comunidades lingüísticas, ligando três continentes.

30 de outubro - O Governo anuncia pacote de medidas para evitar uma crise no abastecimento de álcool combustível no País: importação de 1,5 bilhão de litros de metanol; as usinas poderão adicionar 5% de gasolina ao álcool e, a partir de dezembro, a mistura de álcool à gasolina será reduzida de 22 para 12%.

- O Encontro, promovido pelo presidente José Sarney, em São Luís, termina com a assinatura de ato constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

É com grande satisfação que recebo vossas excelências e suas ilustres comitivas em São Luís do Maranhão para esta reunião em que, juntos, procuramos unir ainda mais nossos laços comuns da história, das nossas raízes, de nossa inseparável amizade.

Esta cidade é um símbolo da era colonial, de nossas lutas da conquista, de nossas vicissitudes, do arrojo e da tenacidade de nossos antepassados, marcadas pela mesma arquitetura, cultura e valores, como muitas das nossas cidades da África, igual a outras mais de Portugal.

Recebemos uma herança comum: a língua portuguesa.

A língua é instrumento de unidade.

Através dela podemos transmitir sentimentos, aspirações, esperanças.

Comungar valores, entender-nos, estreitar laços de afeto e de amizade.

Foi através dela que o Padre Antônio Vieira, que no Maranhão deixou marcas de sua inteligência luminosa, pôde dizer:

"Vós que descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que haveis de ser. Tal é a História..."

Este é um encontro marcante.

Seu significado transcende o próprio objeto de sua significação.

Vamos colocar em marcha um processo inédito de cooperação entre nossos países, cujo alcance talvez não possamos hoje sequer imaginar com precisão.

Aqui plantaremos as sementes.

Nossos continuadores colherão os frutos.

Nossa agenda é ilimitada, como é ilimitada a nossa vontade política de cooperar.

A língua comum servirá de base para a construção de uma grande obra de aproximação, destinada a forjar o nosso destino.

Com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, abriremos, às nossas sociedades, as portas de um futuro de realizações conjuntas.

Em nossa diversidade encontraremos os fatores que nos unirão e nos tornarão capazes de projetar a nossa cultura, a cultura da língua portuguesa, para o lugar de relevo que lhe cabe ocupar no universo das grandes civilizações contemporâneas.

A iniciativa de criação do Instituto encontrou em Vossas Excelências acolhida decisiva.

Agradeço muito especialmente o empenho pessoal de Vossas Excelências que, para atender ao convite que lhes formulei, deixaram momentaneamente os seus afazeres e cancelaram, em alguns casos, outros compromissos.

E aqui eu me permitiria mencionar, como exemplo significativo do interesse de todos os nossos governos, o meritório trabalho do presidente João Bernardo Vieira, que coordenou os entendimentos sobre o anteprojeto de acordo constitutivo do Instituto junto aos demais presidentes dos países de expressão oficial portuguesa.

Partilhamos a convicção de que o notável patrimônio constituído a partir da língua portuguesa está a exigir um instrumento de ligação das expressões de cultura de nossos povos e de que chegou o momento de se criar um instrumento internacional para a valorização de nosso idioma comum.

A língua portuguesa não é apenas um meio de comunicação para esta nossa comunidade de nações; não é apenas um elemento aglutinador para nossas culturas.

A língua portuguesa deve ser, acima de tudo, reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural e nossos povos.

Um fator de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento.

Um elemento decisivo em nossa estratégia comum de elevar os níveis de progresso e bem-estar de nossas sociedades.

Nossos países estão distribuídos em três continentes e se inserem, de formas distintas, em agrupamentos geográficos específicos.

Condicionados por sua localização geográfica, por seu desenvolvimento histórico e por sua formação social, cada um de nossos países enriqueceu extraordinariamente o vernáculo comum.

O universo lusofônico tornou-se amplo e diversificado.

Incorporou formas de sentir e de expressar nascidas da adaptação do gênio português às culturas americanas, africanas e asiáticas.

Revelou-se plástico, aberto à novidade e à transposição cultural.

Sobreviveu às pressões a que o curso da história o submeteu e, neste processo, transformou-se em patrimônio de cerca de 200 milhões de seres humanos espalhados pelo mundo.

Um patrimônio que nos permite comunicação direta e instantânea e nos integra culturalmente.

Um patrimônio, pois, que nos toca preservar e valorizar e do qual o nosso Instituto Internacional da Língua Portuguesa se tornará fiel e zeloso gestor.

Em nossos países, sem exceção, afirma-se um saudável pluralismo cultural, que nos coloca diante de um duplo desafio: identificar e aperfeiçoar os traços culturais que nos são comuns e, bem assim, preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam.

Ambas facetas nos enriquecem.

A unidade e a diversidade – ou a diversidade dentro da unidade – darão a nosso empreendimento o vigor e a temperança necessária para o seu pleno êxito.

O estreitamento de nossa cooperação e o reconhecimento das potencialidades implícitas no uso da língua comum em nada afetarão a inserção latino-americana do Brasil, européia de Portugal ou africana de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique ou São Tomé e Príncipe.

Ao contrário, aportaremos a esses diversos grupos novas possibilidades de cooperação internacional, abrindo janelas para um entendimento mais amplo e diversificado, em benefício do desenvolvimento e da paz.

Em estudo sobre a língua portuguesa publicado em 1985 sob os auspícios da Unesco, Antônio Houaiss apontava duas hipóteses de futuro para nossa língua:

"ou bem se abandonam os vínculos culturais existentes entre países lusófonos;

ou bem se adota uma política liberta de opções subreptícias em que as partes regularão convencional e consensualmente as áreas linguageiras."

A primeira hipótese conduziria inexoravelmente ao fim da intercomunicação e da afinidade de expressão.

A segunda, por sua vez, a uma ação cultural fecunda e tendencialmente vivificada, justamente naquele ponto em que a unidade se compatibiliza com a diversidade.

Estamos aqui para afirmar a nossa decisão política em favor da via de cooperação.

Não deixaremos que se enfraqueçam os nossos vínculos culturais forjados pela língua comum.

Muito pelo contrário.

Trataremos de fortalecê-los, mediante uma política lingüística compatível, dando-lhes lugar de relevo em nossa atuação internacional.

As relações entre nossos países têm sido marcadas pelo signo da cooperação e do respeito mútuo.

A essas duas matrizes será necessário aduzir a do reconhecimento de nossas identidades culturais próprias, base indispensável de toda a cooperação nos domínios do saber e da criação.

O instituto que nos propomos estabelecer permitirá dinamizar em muito a cooperação que já vimos realizando bilateralmente, sem que nos arredemos dos princípios fundamentais que a têm inspirado.

Ao criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, não estamos nos restringindo ao que, em função da língua, tanto nos tem aproximado.

Estaremos, também e sobretudo, valorizando as relações entre a criatividade de nossos povos, cada qual com sua vertente individual própria.

Estaremos, igualmente, reconhecendo que os espaços nacionais são, hoje, insuficientes para a expansão plena das potencialidades da ciência e da tecnologia, e que a língua pode ser um fator vivo de progresso.

Estaremos, finalmente, percorrendo o longo caminho que leva àquele núcleo de humanidade que nos une, cuja revelação é a função principal da arte.

Criatividade, conhecimento, humanidade: aí estão as grandes vertentes do uso da língua.

É para explorar mais eficazmente estas vertentes que pretendemos constituir o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, esta língua que foi enriquecida pela contribuição

extraordinária que lhe deu cada um de nossos países, acrescentando palavras, novas combinações de sons, dando-lhe flexibilidade e tornando-a, realmente, universal e rica.

Assim, nossos povos herdaram a língua portuguesa e ajudaram a criá-la e vivificá-la.

O instituto nasce da convicção de que a promoção do intercâmbio cultural não é trabalho exclusivo de organismos nacionais e regionais, mas fruto deste esforço conjunto de identificação da riqueza da língua como elemento catalisador da criatividade dos povos.

Trata-se, assim, menos de um debruçar-se sobre o passado do que um lançar-se ao futuro.

No mundo contemporâneo, bens imateriais, como o conhecimento e a informação, tornam-se cada vez mais importantes não só para o aprimoramento espiritual do homem, mas também como meios de viabilizar o progresso econômico e o bem-estar dos povos.

Na era da informática, dos bancos de dados, do correio eletrônico e da televisão sem fronteiras, o fato de dispormos de um mesmo meio de comunicação acessível a nossos povos deve ter suas potencialidades plenamente exploradas.

Assim, nossa língua comum será instrumento de progresso.

Senhores Presidentes,

Não poderia deixar de expressar meu agradecimento às generosas palavras do Presidente Mário Soares, na conferência geral da Unesco, em Paris, quando se referiu aos esforços de afirmação do idioma português, consubstanciados na idéia da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Ao referir-se à contribuição que o Brasil possa ter dado, o Presidente Mário Soares certamente homenageava o reconhecimento, por todos os governos, da oportunidade de iniciativa que hoje nos congrega.

O Brasil está agradecido, ao receber os presidentes de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal e Cabo Verde, e a representação de Angola.

Reitero pois meus agradecimentos pelo apoio e a inspiração permanentes que o projeto de criação do instituto mereceu de Vossas Excelências.

Estou seguro de que as decisões a serem tomadas nesta reunião histórica ensejarão o desenvolvimento sem precedentes das relações culturais entre nossos países, abrindo caminho para que a língua portuguesa se torne um veículo moderno e atuante de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Ao estimular a criatividade existente nos habitantes de nossos Países, o desenvolvimento da ciência e a reafirmação dos valores que nos são comuns, daremos expressão concreta à Pátria de nossa língua.